

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

DAMIÃO FELIPE CLEMENTE FILHO

**O PLANEJAMENTO E A GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O CASO DA CIDADE DE JUNDIAÍ**

**São Caetano do Sul
2007**

DAMIÃO FELIPE CLEMENTE FILHO

**O PLANEJAMENTO E A GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O CASO DA CIDADE DE JUNDIAÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade

Orientador: Professor Doutor Luis Paulo Bresciani

**São Caetano do Sul
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

Clemente Filho, Damião Felipe

O planejamento e a gestão para o desenvolvimento sustentável: O caso da cidade de Jundiá / Damião Felipe Clemente Filho. – São Caetano do Sul: IMES / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2007.

xii, 117 f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Luis Paulo Bresciani

Dissertação (mestrado) — IMES / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa / Programa de Mestrado em Administração, 2007.

Referências bibliográficas: f. 88-92

1. Crescimento econômico. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Qualidade de vida. 4. Sustentabilidade urbana. 5. Políticas públicas. I. Bresciani, Luis Paulo. II. Universidade Municipal de São Caetano, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Mestrado em Administração.

III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - IMES
CAMPUS II - Rua Santo Antônio, 50 – Centro - São Caetano do Sul (SP)

REITOR

Prof. Dr. Laércio Baptista da Silva

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. René Henrique Götz Licht

COORDENADOR DO PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Dissertação defendida e aprovada em ___/_____/___ pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Eduardo Mazzaferro Ehlers – Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti - IMES

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani - IMES
(Orientador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Damião e Maria de Lourdes, a meus
filhos Felipe, Aline e André, e a Cecília, minha companheira.
Aos meus pais, pela importância que sempre deram à educação,
à escolaridade.
Aos meus filhos e esposa, pela paciência e pelo tempo roubado.
Vocês são a razão de todo esse esforço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao grande mestre e orientador, Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani, pela dedicação, compreensão, apoio e palavras de incentivo. Sempre se prontificando a atender, em qualquer horário e muitas vezes em sua própria residência.

A todos os professores do PMA do IMES, em especial aos Professores Drs. Antonio Carlos Gil e Silvio Augusto Minciotti pelos conhecimentos transmitidos e colaboração neste trabalho.

Ao Senac-SP, onde atualmente atuo profissionalmente, que proporcionou que eu pudesse desenvolver este trabalho, em especial ao Sr. Márcio Barros Souza, porque permitiu por várias vezes que eu me ausentasse do dia-a-dia da instituição a fim de poder dedicar-me a esta tarefa.

Aos Membros da banca de qualificação e banca de defesa, por sua dedicação e contribuições a este trabalho.

Aos Entrevistados que, em nome da ciência, abriram suas vidas e mentes e, também, dedicaram tempo e horário de suas atividades profissionais para este momento.

Aos meus irmãos Carlos e Helder, à minha sogra Deolinda, ao meu cunhado Fernando, às minhas cunhadas Rachel, Jane e Silvana, que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

Aos Professores João José Ferreira Aguiar e Everton Ubirajara Araújo da Silva, bem como aos demais professores da Faculdade Politécnica de Jundiaí pela troca de experiências.

A Professora Ana Maria Betelli Pompermayer, pelo apoio e sempre pronta em fornecer os dados e caminhos para as informações que dela necessitei.

Gostaria de agradecer a todos os que compreenderam minhas ausências neste período de intenso trabalho.

“O processo de modernização, ao mesmo tempo em que nos explora e nos atormenta, nos impele a aprender e enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar.”

(Berman, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia das Letras, 1986, p. 330)

SUMÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
LISTA DE FIGURAS	VII
LISTA DE QUADROS	VIII
LISTA DE SIGLAS	IX
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Origem do estudo	13
1.2 Problematização	14
1.3 Objetivo	16
1.4 Objetivos específicos	16
1.5 Justificativa do estudo	16
1.6 Delimitação do estudo	17
1.7 Vinculação à linha de pesquisa.....	18
2 SÍNTESE DO REFERENCIAL CONCEITUAL	19
2.1 Crescimento econômico e desenvolvimento econômico.....	19
2.2 Desenvolvimento sustentável.....	29
2.2.1 Agenda 21	32
2.2.1.1 Agenda 21 Brasileira	32
2.3 Crescimento populacional e qualidade de vida.....	34
2.4 Sustentabilidade urbana.....	39
2.5 A importância das políticas urbanas voltadas ao desenvolvimento sustentável.....	41

3	METODOLOGIA.....	44
3.1	Tipo de pesquisa.....	44
3.2	Sujeitos da pesquisa.....	44
3.3	Instrumentos da pesquisa.....	46
3.3.1	Formulário para a coleta de dados	47
3.4	Procedimentos para coleta de dados	49
3.5	Procedimentos para análise dos resultados	49
3.5.1	Análise de conteúdo.....	50
4	ESTUDO DE CASO: A CIDADE DE JUNDIAÍ.....	52
4.1	Histórico da cidade de Jundiaí.....	56
4.2	Cenário atual da cidade de Jundiaí.....	59
4.3	Serviços de infra-estrutura urbana.....	65
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	71
5.1	Desenvolvimento econômico de Jundiaí no período de 1995 a 2005.....	71
5.2	Ações baseadas no conceito de sustentabilidade.....	77
5.3	Caracterização das empresas quanto à preocupação com o meio-ambiente.....	79
5.4	Caracterizar ações que conciliaram desenvolvimento e sustentabilidade.....	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
	ANEXO A: TABULAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	93
	ANEXO B: MAPA DAS PRINCIPAIS RODOVIAS DE JUNDIAÍ E REGIÃO.....	113
	ANEXO C: AS 100 MAIORES EMPRESAS DE JUNDIAÍ.....	114

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- MAPA DA REGIÃO DE JUNDIAÍ.....	52
FIGURA 2- SERRA DO JAPI.....	54
FIGURA 3- CONJUNTO HABITACIONAL FAZENDA GRANDE.....	56
FIGURA 4- MUSEU FERROVIÁRIO DE JUNDIAÍ.....	58
FIGURA 5- BIBLIOTECA MUNICIPAL.....	62
FIGURA 6- DAE – ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM JUNDIAÍ.....	65
FIGURA 7- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE JUNDIAÍ.....	66
FIGURA 8- COLETIVA SELETIVA DE LIXO (ARMAZÉM DA NATUREZA).....	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CRESCIMENTO DO PIB.....	19
QUADRO 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS ESTADOS BRASILEIROS.....	27
QUADRO 3 – POPULAÇÃO DA CIDADE DE JUNDIAÍ.....	55
QUADRO 4 – NÚMEROS DE EMPRESAS E DE EMPREGOS EM JUNDIAÍ.....	59
QUADRO 5 – DADOS ECONOMICOS DE JUNDIAÍ.....	60
QUADRO 6 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.....	61
QUADRO 7 – ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	61
QUADRO 8 – DADOS DE SAÚDE DE JUNDIAÍ.....	64
QUADRO 9 - DADOS DE EDUCAÇÃO DE JUNDIAÍ.....	64
QUADRO 10 – VALOR ADICIONADO DE JUNDIAÍ.....	73
QUADRO 11 – VALOR ADICIONADO DE JUNDIAÍ 1995 A 2005.....	76

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

DAE – Departamento de Água e Esgoto

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAPESP – [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo](#)

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPM – Índice de Participação dos Municípios

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEP – Pesquisa de Atividade Econômica Paulista

PIB – Produto Interno Bruto

PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUV – Sport Utility Vehicle

UNICAMP – Universidade de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

VA – Valor Agregado

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PIB BRASILEIRO.....	20
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA(1900-2000).....	37
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA(1940-2000).....	38

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar os processos de planejamento e gestão voltados aos aspectos do desenvolvimento sustentável, a articulação com a sociedade civil e empresarial, bem como a obtenção de informações e análise sobre o planejamento e processo de desenvolvimento de Jundiaí no período de 1995 a 2005. O presente estudo também aborda a forma como o crescimento ocorre, e de que forma o planejamento e a gestão das políticas públicas conciliaram os objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade na cidade de Jundiaí, enfatizando a preservação ambiental condição necessária à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Muitas ações com foco no conceito de sustentabilidade podem ser percebidas como: coleta seletiva do lixo, tratamento de esgoto, comitê de preservação do Rio Jundiaí dentre outras. A evolução experimentada pela cidade nos últimos dez anos tem como explicação: investimentos na infra-estrutura e planejamento estratégico. Esta pesquisa teve como base informações de natureza documental e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com nove sujeitos: três gestores públicos, três dirigentes empresariais e três lideranças de associações civis, que atuam e atuaram na cidade durante o período estudado. Este trabalho busca contribuir para a elaboração de um planejamento municipal sustentável, sobretudo no que se refere aos aspectos da qualidade de vida da população.

Palavras-chaves: desenvolvimento; sustentabilidade; qualidade de vida; políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation has for objective to analyze the processes of planning and management directed to the aspects of the sustainable development, the joint with the civil and enterprise society, as well as the attainment of information and analysis on the planning and process of development of Jundiaí in the period of 1995 to 2005. The present study also it approaches the form as the growth occurs, and of that it forms the planning and the management of the public politics had conciliated the objectives of development and sustainability in the city of Jundiaí, emphasizing the ambient preservation necessary condition to the improvement of the quality of life of the people. Many actions with focus in the sustainability concept can be perceived as: it collects selective of the garbage, treatment of sewer, committee of preservation of the River Jundiaí among others. The evolution tried for the city in last the ten years has as explanation: investments in the infrastructure and strategical planning. This research had as base information of documentary nature and interviews half-structuralized carried through with nine citizens: three public managers, three business leaders and three leaderships of civil associations, that act and had acted in the city during the studied period. This work searches to contribute for the elaboration of a sustainable municipal planning, over all as for the aspects of the quality of life of the population.

Key-words: development; sustainability; quality of life; public policies.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Origem do Estudo

Entre os maiores desafios das políticas públicas estão a geração de oportunidades de trabalho, o crescimento da renda real do trabalhador e a redução da informalidade. Essa perspectiva traz à tona a necessidade de que se promova o desenvolvimento econômico para o atendimento dessas metas. A promoção do desenvolvimento econômico produz um processo de urbanização acentuado, característica marcante do processo de desenvolvimento mundial.

As cidades possibilitam a proximidade às oportunidades de geração de renda, ao acesso à cultura e ao lazer, aos serviços e à vida social diversificada. Contudo essa concentração populacional na maioria das vezes ameaça a estabilidade do meio ambiente, produz espaços desqualificados e insalubres, propicia exclusão e marginalidade e impõe um ritmo de vida extremamente acelerado.

O crescimento desordenado das cidades, frequentemente acelera os problemas sociais, econômicos e ambientais, não sendo resolvidos de forma sistemática e integrados, sobretudo devido à falta de recursos e de um planejamento municipal consistente.

Na maior parte dos casos, pode-se observar que a gestão municipal concentra-se na solução das conseqüências mais graves que atingem a população, sem um adequado tratamento das raízes dos problemas. Em face de uma visão imediatista de solução de problemas, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, os planejamentos municipais são mais precários ainda.

A cidade de Jundiaí, objeto deste estudo, mesmo não tendo um programa de incentivos fiscais, vê surgir um grande número de empresas industriais, comerciais e de serviços. Paralelamente a esse crescimento empresarial, está o aumento da população local em virtude da migração dos habitantes da grande São Paulo e até mesmo de outros estados, que vêm na cidade as condições favoráveis para viver, em função da boa qualidade do ar, da água e da malha rodoviária de acesso a Capital e Campinas.

Esse fenômeno que aparentemente não tem explicação na administração de políticas públicas para o desenvolvimento dessa cidade dá origem a esta dissertação que apresenta e analisa as

iniciativas públicas de planejamento com foco no conceito de desenvolvimento sustentável, verificadas em Jundiaí.

O êxito de uma pesquisa, conforme GIL (2002:18): “depende fundamentalmente de certas qualidades intelectuais e sociais do pesquisador, dentre as quais são”: conhecimento do assunto a ser pesquisado, curiosidade, criatividade, integridade intelectual, atitude autocorretiva, sensibilidade social, imaginação disciplinada, perseverança e paciência e confiança na experiência.

Assim, o interesse e conhecimento do assunto e espaço a ser pesquisado, em função de viver e trabalhar no ensino universitário da cidade possibilitou sustentar a realização da pesquisa e proporcionou condições para o êxito do trabalho.

1.2 Problematização

As recentes transformações tecnológicas, econômicas e sociais têm trazido inúmeros benefícios à humanidade, e por outro lado, não têm sido capaz de equacionar os problemas referentes a aspectos sociais, de qualidade do ambiente urbano e tampouco garantir a sustentabilidade das cidades. O processo de urbanização no Brasil ocorre de maneira não planejada, resultando em ações de caráter corretivo.

Nos últimos quinze anos, muitas cidades do Estado de São Paulo experimentam significativo crescimento em suas economias, onde os segmentos industriais, de comércio e de serviços proporcionam emprego, renda e qualidade aos seus habitantes.

Essa experiência vivida pelas cidades em um cenário marcado por uma economia cada vez mais globalizada e uma concorrência bastante acirrada, suscita incerteza nas sociedades locais, bem como a necessidade de levantar e analisar suas conseqüências sobre as gerações futuras.

Diante dessa situação, muitos municípios e regiões têm reunido suas lideranças políticas e as principais forças da sociedade civil para o debate de agendas e a elaboração de planos de desenvolvimento. Esses planos tratam de promover um conjunto de ações que estimule os investimentos, com a expansão de empreendimentos existentes e a instalação de novos

empreendimentos na busca de aumentar o emprego e renda, bem como o aumento da arrecadação pública municipal e a disseminação da importância de preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento desses planos é um trabalho complexo, visto que envolve os interesses muitas vezes divergentes de vários atores sociais para sua construção.

A cidade de Jundiaí, distante apenas 60 km da capital paulista, vive exatamente esse momento, apresentando um crescimento considerável de empresas instaladas nos segmentos industriais, comerciais e de serviços. Paralelamente, a cidade vê sua população aumentar em função do afluxo de grande número de famílias, que vêm na região um lugar agradável e saudável para viver, em função da boa qualidade do ar, da água, da boa malha rodoviária e da estrutura de comércio e serviços oferecidos.

Atualmente, a cidade de Jundiaí possui níveis elevados de desenvolvimento, humano e econômico, com muitas empresas chegando e a população aumentando. Porém, em um passado recente a cidade passou por fenômeno semelhante e não conseguiu mantê-lo, vindo posteriormente a passar por um declínio da atividade econômica.

O crescimento populacional e a intensa atividade empresarial, bem como a situação geográfica que propicia fácil acesso a grandes cidades como São Paulo e Campinas, preocupa a sociedade local que começa a se mobilizar para que não se degrade esse ambiente de crescimento e que a qualidade de vida de seus moradores seja preservada.

Diante desse cenário e contexto, estudamos o fenômeno do crescimento e desenvolvimento local, seus limites, suas potencialidades, as razões que levaram um conjunto relevante de empresas a se instalarem em Jundiaí, bem como as ações que estão sendo realizadas para preservar o meio ambiente e a qualidade de vida dos moradores da cidade.

Esta pesquisa apresenta como problema a seguinte questão: De que modo o planejamento e a gestão das políticas públicas na cidade de Jundiaí buscaram conciliar objetivos voltados ao desenvolvimento econômico e à sustentabilidade urbana, no período de 1995 a 2005?

Diante deste questionamento, busca-se apresentar e analisar se houve convergência ou divergência entre as ações desenvolvidas em Jundiaí no conceito de sustentabilidade e o planejamento e a gestão das políticas públicas.

1.3 Objetivos

O objetivo do presente estudo foi analisar os processos de planejamento e de políticas públicas voltados ao desenvolvimento sustentável, à articulação com a sociedade civil e empresarial, bem como a obtenção de informações e análise sobre o planejamento e processo de desenvolvimento de Jundiaí no período de 1995 a 2005.

1.4 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo proposto, procurou-se obter os seguintes objetivos específicos:

- caracterizar a evolução econômica da cidade, bem como identificar causas do crescimento empresarial de Jundiaí;
- analisar ações e o papel da Administração Municipal de Jundiaí no desenvolvimento de políticas para a preservação do meio ambiente e da manutenção / elevação da qualidade de vida;
- analisar a influência das políticas públicas na evolução da atividade econômica da cidade;
- identificar na administração do espaço urbano, instrumentos de planejamento e gestão utilizados na esfera municipal de forma a direcionar o desenvolvimento de Jundiaí para a sustentabilidade;
- incorporar as questões sociais, físicas, ambientais, econômicas e políticas aos processos de planejamento e gestão urbana de forma integrada.

1.5 Justificativa do Estudo

Atualmente existe a preocupação dos governos locais em criar condições de desenvolvimento econômico para a sua região, muitas vezes resultando em problemas que vão desde a destruição do meio ambiente até a fragilidade de infra-estrutura. Esse cenário é comum nas cidades do país, visto que falta planejamento para que haja crescimento paralelo às ações para a preservação do meio ambiente.

É importante tornar conhecidas iniciativas inovadoras e de boa governança na administração pública municipal, bem como estimular outras administrações municipais e comunidades para que adotem como modelo estas experiências inovadoras. Observando o que acontece em todas as sociedades desenvolvidas, os municípios reúnem condições para liderar o processo de construção de uma região mais próspera, promovendo o desenvolvimento local sustentável.

A cidade de Jundiaí vem obtendo um crescimento da atividade econômica, bem como crescimento de sua população. Segundo levantamento feito pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a economia jundiaense cresceu 236% em dez anos (1995/2005). Esse crescimento não garante a qualidade de vida de seus habitantes, tampouco a conservação do meio ambiente.

Para continuidade desse crescimento, a manutenção da qualidade de vida e a conservação do meio ambiente, uma cidade precisa ter infra-estrutura modelo que proporcione melhor qualidade de vida aos seus habitantes, atraia novas empresas e incentive as que já estão instaladas no município a se expandirem. Conseqüentemente aumenta-se a oferta de emprego e renda familiar. Todo esse processo tem de ser baseado em um planejamento capaz de antever os desafios que despontam no futuro, conseqüência da própria dinâmica do desenvolvimento. Sendo assim, o planejamento ocupa um papel importante para a articulação das administrações públicas e da sociedade civil, como estratégia para o desenvolvimento do Brasil, hoje e no futuro. Justifica-se, a partir do exposto, a necessidade de estudar, identificar e analisar as ações vinculadas ao desenvolvimento de Jundiaí.

1.6 Delimitação do Estudo

O estudo proposto se concentrou na investigação e análise das ações desenvolvidas pela administração municipal na gestão para o crescimento e desenvolvimento de Jundiaí, bem como a preocupação com a qualidade de vida da população e preservação do meio ambiente local durante o período compreendido entre 1995 e 2005. A escolha desse período para o estudo não coincide, propositalmente, com os períodos das administrações municipais, para que não se atribua necessariamente a evolução a esta ou àquela administração.

1.7 Vinculação à Linha de Pesquisa

A pesquisa sobre as políticas públicas na gestão para o desenvolvimento sustentável foi realizada buscando resgatar as idéias e ações no compromisso com o desenvolvimento e a sustentabilidade do ambiente. A opção pela cidade de Jundiaí decorre da sua expressiva participação no cenário paulista, pelo dinamismo de sua economia, pela sua proximidade à principal região econômica do país, a região metropolitana de São Paulo.

Assim, relaciona-se o tema do presente estudo à transformação da estrutura socioeconômica da região e, portanto, à área de concentração Regionalidade e Gestão e à linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade do Programa de Mestrado em Administração.

2. SÍNTESE DO REFERENCIAL CONCEITUAL

O presente estudo aborda a forma como o desenvolvimento ocorre e como os frutos deste desenvolvimento revertem para uma melhora na qualidade de vida das pessoas, promovendo o desenvolvimento equitativo.

Porém, esse crescimento deve ser acompanhado de perto para que o objetivo do desenvolvimento sustentado seja atingido, ou seja, a satisfação das necessidades presentes não deve limitar o atendimento das necessidades das gerações futuras.

O referencial conceitual desta pesquisa compreende elementos teóricos vinculados aos temas: crescimento econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, crescimento populacional, sustentabilidade urbana, qualidade de vida e a importância do planejamento para alcançar o desenvolvimento econômico sem comprometer as gerações futuras. A perspectiva é que esses conceitos permitam uma adequada compreensão da importância do planejamento na gestão das cidades.

2.1 Crescimento econômico e desenvolvimento econômico

O crescimento econômico de um país é medido tradicionalmente pelo crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB). Um dos países que mais tem crescido nas últimas décadas é a China, que manteve uma taxa de crescimento médio de seu PIB de 9,30% ao ano entre os anos de 2000 e 2005. No mesmo período, o PIB mundial cresceu 2,97% ao ano e o Brasil apenas 2,56% ao ano.

Quadro 1 - Crescimento do PIB

Crescimento % do PIB no período de 2000-2005							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Brasil	4,36	1,31	1,93	0,54	4,90	2,30	2,56
China	8,4	8,3	9,1	10	10,1	9,9	9,30
Mundial	3,98	1,53	1,85	2,75	4,15	3,55	2,97

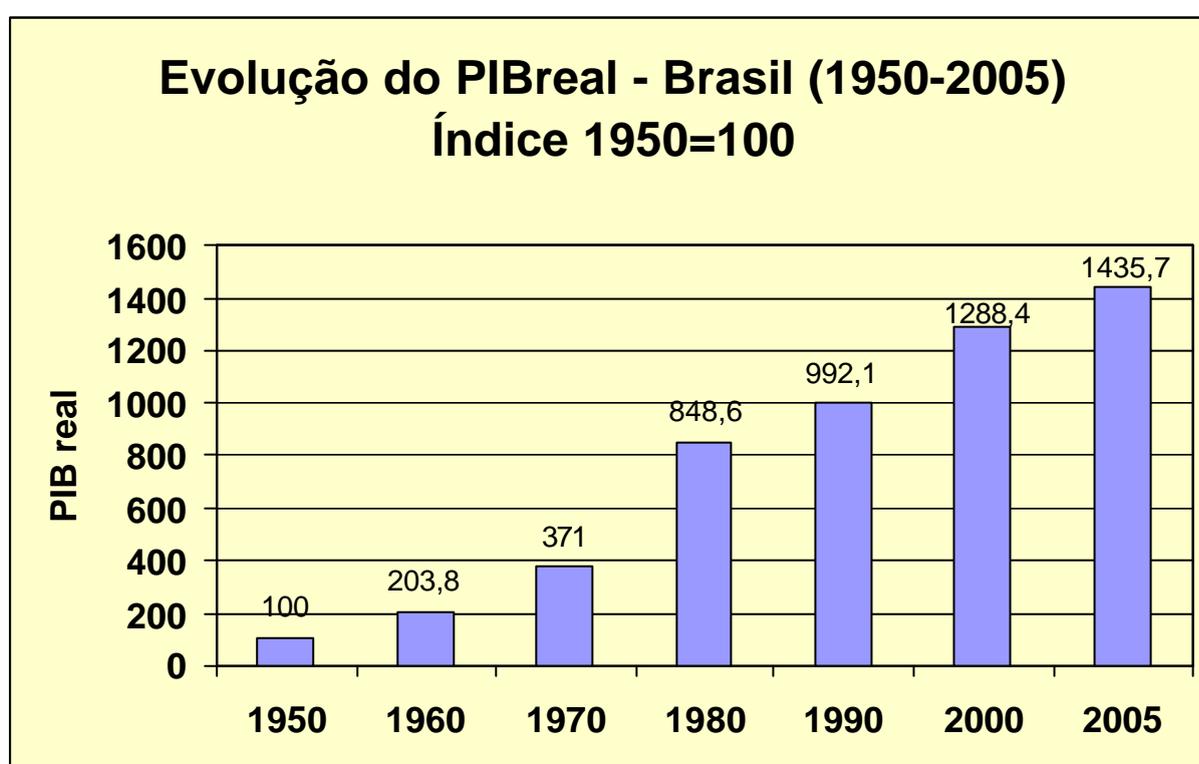
Fonte: WORLD BANK, 2007

Porém, o crescimento do PIB é uma maneira de medir que não consegue aquilatar a melhora nas condições de vida de um povo. Poderíamos, mesmo com um baixo crescimento do PIB,

tirar o máximo proveito desse pequeno crescimento, melhorando as condições de vida da população como um todo.

O crescimento econômico, quando medido apenas pelo PIB, pode ser muito desigual de um país para outro. Isso porque taxas de crescimento iguais de PIB escondem grandes variações na melhoria do bem estar das pessoas e do seu IDH (que é um método padronizado de avaliação e medida do bem-estar de uma população).

Gráfico 1 – Evolução do PIB Brasileiro



Fonte: IPEA, adaptado pelo autor

Conforme destaca Veiga (2006), é importante assinalar que o IDH permite ilustrar com clareza a diferença entre rendimento e bem-estar. A Bolívia, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* muito inferior ao da Guatemala, atingiu um IDH mais alto porque fez mais para traduzir esse rendimento em desenvolvimento. A Tanzânia, um dos países mais pobres do mundo, tem um IDH comparável ao da Guiné, um país quase quatro vezes mais rico. Pelo contrário, países com o mesmo nível de rendimento têm grandes diferenças de IDH. O Vietnã tem praticamente o mesmo rendimento do Paquistão, mas um IDH muito mais alto, devido à

maior esperança de vida e alfabetização. O Sri Lanka ocupa, no IDH, a posição 96 dentre 177 países, muito mais alta que sua posição no PIB.

O crescimento é um dos fatores fundamentais na redução da pobreza e na melhora do IDH, mas seu impacto sobre a pobreza pode variar enormemente. O caso do milagre brasileiro, durante a ditadura militar, nos anos 1970, é sempre citado como uma década em que o país obteve índices recordes de crescimento de seu PIB, sem que isso tivesse contribuído significativamente para diminuir sua desigualdade econômica.

Quando ensinava Economia Política na FEA/USP, na segunda metade dos anos 40, o Professor Paul Hugon (reconhecido como um institucionalista) insistia nos três “grandes pecados capitais do capitalismo”:

- ? Eficiente e libertário, mas incapaz de acabar com a pobreza;
- ? Compatível com a liberdade individual, mas incapaz de reduzir o nível de desigualdade;
- ? Progride por ciclos dolorosos impondo enormes custos aos trabalhadores (CARTA CAPITAL, 2003).

Perguntado sobre o porquê de existirem tantas diferenças no crescimento entre países, disse Vinod Thomas, o Diretor do Banco Mundial para o Brasil (2005):

“A razão fundamental é a desigualdade de renda, que reduz o impacto de qualquer crescimento sobre a pobreza. As ações que diminuem a desigualdade não só aumentam o crescimento, como melhoram o seu impacto sobre a pobreza. Um maior acesso à educação e um ensino de melhor qualidade são fatores determinantes na qualidade do crescimento de um país...”

Outro importante fator que afeta a distribuição da renda são as transferências públicas de recursos – através de programas como a previdência social e outros. Políticas que aumentem o efeito equalizador dessas transferências -- tais como mudanças na alocação de recursos visando transferências direcionadas aos mais necessitados -- contribuem para reduzir gradualmente a desigualdade da renda.” (BANCO MUNDIAL, 2007).

Um dos temas que mais intriga os economistas é como medir o resultado das atividades econômicas, ou seja, como avaliar corretamente a riqueza que é produzida.

A forma mais tradicional de se medir o desempenho da economia de um país é pela análise de seu Produto Interno Bruto - PIB e de seu corolário, a renda per capita - que nada mais é do que o valor do PIB dividido pelo número de habitantes.

O PIB nos diz qual é a riqueza total de um determinado país. Dividi-la, aritmeticamente, pelo número de seus habitantes nos dá uma idéia - muito imperfeita - do padrão de vida de sua população.

Um país pode ser muito rico e seus habitantes muito pobres. Ou pode não ser tão rico e seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida superior ao de um país que tenha uma renda per capita maior. O que determina essa diferença é o perfil da distribuição de renda, ou seja, como a riqueza total que é produzida no país se distribui entre os habitantes.

Para analisar estas questões de distribuição de renda na economia foram criados diversos índices estatísticos. Dentre os mais conhecidos encontra-se o P90/P10 ou 10% mais ricos a 10% mais pobres, que mede quanto o grupo formado pelos 10% mais ricos da população recebe em comparação ao grupo dos 10% mais pobres. Outro índice muito conhecido é o Coeficiente de Gini.

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade, que comumente é utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada).

Enquanto o coeficiente de Gini é majoritariamente usado para mensurar a desigualdade de renda, pode ser também usado para mensurar a desigualdade de riqueza.

De certo modo pode-se dizer que a medida da exclusão social está no contexto do coeficiente GINI considerando que ambos se situam no âmbito das desigualdades sociais. Todavia, o coeficiente de GINI procura medir somente as desigualdades de renda enquanto que os processos de exclusão social são multidimensionais e mais complexos do que simplesmente a privação de renda. Esse caráter multidimensional dos processos de exclusão social envolve necessariamente a dimensão cultural, histórica e social fazendo com que seja necessário extrapolar os limites conjunturais para se compreender a exclusão social de um modo mais abrangente (FAPESP, 2001).

Muitos querem relacionar os problemas de distribuição de renda a questões ideológicas. Na realidade trata-se de uma questão fundamental de macroeconomia e com ela se preocupam as maiores entidades mundiais, vinculadas às mais variadas correntes ideológicas.

Muitas vezes, confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico, que não são a mesma coisa. O primeiro, o crescimento econômico, é a ampliação quantitativa da produção (PIB), ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que inclusive engloba o de crescimento econômico. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, refere-se ao fato de que a maior parte da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis (GREMAUD, 1996).

Segundo Gremaud (1996), aceita-se que o crescimento econômico esteja englobado no conceito de desenvolvimento econômico. Se o crescimento procura refletir a produção de bens que visam atender às vontades humanas, logicamente que, quanto maior a quantidade de bens produzidos, maior a possibilidade de as pessoas satisfazerem a suas necessidades; portanto melhores devem ser as condições de existência destas pessoas. Assim, quanto maior o país em termos econômicos (quanto maior o PIB do país) maiores são as chances de a população deste país viver bem.

Conforme destaca Giansanti (1998), na perspectiva de que o desenvolvimento econômico leva em conta os fatores de crescimento econômico acompanhados pela melhoria dos padrões de vida de uma população, consideram-se também as repercussões sociais desse processo. Entretanto, esse bem-estar social é caracterizado, de forma geral, pela posse de bens materiais e pelo aumento da capacidade de consumo. Assim, falar em desenvolvimento remete ao desenvolvimento econômico da sociedade capitalista moderna, organizado essencialmente a partir da acumulação privada de capital e de um sistema de classes sociais. Na fase atual, o desenvolvimento capitalista (e, em certa medida, também o do “socialismo real”) supõe certa ênfase em fatores como:

- ? O crescimento constante e acelerado do Produto Nacional Bruto (PNB) e da renda *per capita*;
- ? A ampliação da produção de mercadorias e serviços de forma sistemática;

- ? Os fortes indícios de industrialização urbanização e desenvolvimento científico e tecnológico;
- ? A melhoria de determinados índices sociais, como a queda das taxas de analfabetismo e mortalidade infantil;
- ? A constituição de mercados de consumo, com tendência à abertura das economias nacionais e elevação do volume de exportações.

Como destaca Veiga (2006), quando se admite que o desenvolvimento não se resume ao aumento da renda *per capita*, é muito comum que imediatamente surja a idéia de que o problema fundamental, então, é o da distribuição de renda, isto é, que o desenvolvimento poderia ser facilmente definido pela combinação do crescimento com a distribuição de renda. Infelizmente a questão não é tão simples, e a melhor maneira de apresentá-la é fazer um breve retrospecto do debate científico sobre o tema.

Durante quase toda a segunda metade do século XX os economistas foram levados a acreditar que a desigualdade de renda tendia a aumentar na fase inicial da industrialização de um país, ocorrendo o inverso em fase posterior, quando esse país estivesse desenvolvido. Aliás, foi essa a base científica daquela famosa parábola que insistia na necessidade de que primeiro o bolo crescesse para que depois fosse repartido. No entanto essa crença teve como origem a precariedade das evidências disponíveis na década de 1950, quando essa hipótese foi lançada. A rigor, ela só foi realmente colocada em xeque quarenta anos depois, quando o Banco Mundial terminou a montagem de uma base de dados envolvendo 108 economias nacionais durante quatro décadas, essencialmente porque mostrou a inexistência de um único padrão histórico de evolução da distribuição de renda (VEIGA, 1996).

A concentração de indústrias em uma determinada localidade pode gerar ganhos de escala, transformando a economia de uma região. As vantagens dessa aglomeração, em termos do processo de concorrência capitalista, foram inicialmente apontadas por Marshall (1885), a partir da experiência dos distritos industriais da Inglaterra no século XIX. O conceito de Marshall parte do princípio de que um distrito industrial proporciona e facilita transações substanciais entre compradores e vendedores, formando ainda um mercado de trabalho especializado e uma forte identidade cultural que beneficia as indústrias existentes.

Stamer (2001) destaca que as empresas estão situadas em dado local por quatro razões possíveis:

a) acidentes históricos (ou seja, porque foram fundadas ali ou porque adquiriram uma empresa que por acaso estava localizada ali);

b) estão buscando proximidade a outras empresas. Um exemplo típico seria uma empresa de tecnologia de informação estabelecer uma filial no Vale do Silício;

c) o esforço por firmarem presença em proximidade a mercados dinâmicos; ou,

d) a busca de outros fatores de localização, como recursos naturais ou mão-de-obra barata.

Por exemplo, Renschler (1995) fornece um relato detalhado do critério aplicado pela DaimlerChrysler quando examinou possíveis localizações para sua fábrica de SUVs (Sport Utility Vehicle – Veículo Utilitário Esportivo em português) nos Estados Unidos. Esses motivos não significam que uma empresa deliberadamente contribua para a melhoria da qualidade de localização. Em particular, os casos B a D têm mais a ver com o recebimento de benefícios, mas não contribuem para eles. Ao invés disso, empresas com frequência colaboram inadvertidamente com melhorias na qualidade de localização, ou seja, enquanto aumentam sua própria competitividade criam aparências exteriores positivas. Inversamente, um dos principais obstáculos para se conseguir que empresas se envolvam em uma estratégia local é o problema da conduta oportunística, isto é, elas dão por certo que a ação coletiva recebe em troca poucos resultados que podem apropriar para si mesma, e muita exterioridade que beneficia concorrentes locais.

A idéia de desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população, sendo informada por uma série de indicadores sociais disponíveis. São exemplos desses indicadores: a esperança de vida da população ao nascer, a proporção de médicos e leitos hospitalares por habitante, as taxas de acesso à água potável e esgoto, a taxa de alfabetização, e o tempo de escolaridade, dentre outros.

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas: educação, longevidade e renda.

Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do IDH considera dois indicadores: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e a taxa bruta de frequência à escola. O calendário do Ministério da Educação indica que se a criança não se atrasar na escola ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos. O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas (independentemente da idade) que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Para a avaliação da longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2000) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado é a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero). No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal *per capita* é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo – um questionário mais detalhado do que o universal e que é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dessa amostra do Censo são expandidos para o total da população municipal e, então, usados para o cálculo da dimensão renda do IDH-M.

Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros

Índice de Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000

Estado	IDH, 1991	IDH, 2000	IDH-Renda, 2000	IDH-Longevidade, 2000	IDH-Educação, 2000
Brasil	0,696	0,766	0,723	0,727	0,849
Distrito Federal	0,799	0,844	0,842	0,756	0,935
Santa Catarina	0,748	0,822	0,750	0,811	0,906
São Paulo	0,778	0,820	0,790	0,770	0,901
Rio Grande do Sul	0,753	0,814	0,754	0,785	0,904
Rio de Janeiro	0,753	0,807	0,779	0,740	0,902
Paraná	0,711	0,787	0,736	0,747	0,879
Mato Grosso do Sul	0,716	0,778	0,718	0,751	0,864
Goiás	0,700	0,776	0,717	0,745	0,866
Mato Grosso	0,685	0,773	0,718	0,740	0,860
Minas Gerais	0,697	0,773	0,711	0,759	0,850
Espírito Santo	0,690	0,765	0,719	0,721	0,855
Amapá	0,691	0,753	0,666	0,711	0,881
Roraima	0,692	0,746	0,682	0,691	0,865
Rondônia	0,660	0,735	0,683	0,688	0,833
Pará	0,650	0,723	0,629	0,725	0,815
Amazonas	0,664	0,713	0,634	0,692	0,813
Tocantins	0,611	0,710	0,633	0,671	0,826
Pernambuco	0,620	0,705	0,643	0,705	0,768
Rio Grande do Norte	0,604	0,705	0,636	0,700	0,779
Ceará	0,593	0,700	0,616	0,713	0,772
Acre	0,624	0,697	0,640	0,694	0,757
Bahia	0,590	0,688	0,620	0,659	0,785
Sergipe	0,597	0,682	0,624	0,651	0,771
Paraíba	0,561	0,661	0,609	0,636	0,737
Piauí	0,566	0,656	0,584	0,653	0,730
Alagoas	0,548	0,649	0,598	0,646	0,703
Maranhão	0,543	0,636	0,558	0,612	0,738

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em 2000, no âmbito do Fórum São Paulo Século XXI, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo incumbiu a Fundação Seade de criar um instrumento que permitisse o acompanhamento e a aferição, em seus desdobramentos, de performances sociais e econômicas.

Surgiu assim o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo, destinado a subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas na esfera municipal.

O IPRS compartilha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo

pressupõe a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida de uma população, considerando que outras dimensões devem ser incluídas para essa mensuração.

Em lugar de fazer uma média aritmética de indicadores, como faz o IDH-M, o IPRS, elaborado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), classifica os municípios em cinco grupos qualitativamente distintos. Os municípios mais desenvolvidos, que integram o primeiro grupo, são os que se saem bem nas três dimensões analisadas - riqueza, longevidade e escolaridade - e não aqueles que conseguem uma boa média porque têm alto indicador de riqueza ao lado de sofríveis desempenhos nas outras duas dimensões. Estes últimos formam o segundo grupo, são ricos, porém “injustos”. O terceiro grupo é formado pelos que estão na posição diametralmente oposta: conseguem ter boa qualidade de vida apesar de não serem dos mais ricos, por isso foram apelidados de “saudáveis”. E os municípios que não pertencem a esses três primeiros grupos são os de relativo subdesenvolvimento, fracos nas três dimensões consideradas (EHLERS *apud* Veiga, 2003c).

O indicador de riqueza é calculado com base nas seguintes variáveis: consumo de energia elétrica residencial; consumo de energia na agricultura, comércio e serviços; e remuneração média dos empregados com carteira de trabalho assinada (SEADE, 2003). O objetivo desta análise era o de verificar se, além da elevada densidade de pequenos empreendimentos, esses municípios também tiveram sua riqueza ampliada.

Segundo Veiga (2006), só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência dessas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas.

Segundo Albuquerque Llorens (2003), o desenvolvimento econômico local é um processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local e no qual podem ser distinguidas várias dimensões:

- ? econômica, na qual os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com níveis de produtividade suficientes para ser competitivos nos mercados;
- ? formação de recursos humanos, na qual os atores educacionais e de capacitação negociam com os empreendedores locais a adequação da oferta de conhecimentos aos requerimentos de inovação dos perfis produtivos locais;
- ? sociocultural, na qual os valores e as instituições locais impulsionam ou apóiam o próprio processo de desenvolvimento;
- ? político-administrativa, na qual a gestão local e regional facilita a articulação público-privada em nível territorial e a criação de “entornos inovadores” favoráveis ao desenvolvimento produtivo e empresarial; e
- ? ambiental, que inclui a atenção às características específicas potenciais e limitantes do meio natural, a fim de assegurar a sustentabilidade do meio ambiente.

O desenvolvimento é distinto do crescimento econômico, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2004).

2.2 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, muitas vezes é interpretado como a possibilidade do crescimento continuado da economia.

Porém, como destaca Almeida (2002), é um conceito que contempla o desenvolvimento, econômico, social, científico e cultural das sociedades garantindo saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais do planeta.

Nos anos 1960, houve um grande crescimento das atividades industriais nos países ricos. Em várias partes do mundo, a poluição causada pelas indústrias estava destruindo os rios e tornando o ar das cidades muito carregado de gases venenosos e poeira tóxica. Além disso, o

uso abusivo e incorreto de fertilizantes e biocidas (inseticidas, fungicidas etc.) estava envenenando a água e os solos e causando o desaparecimento de espécies (extinção).

No ano de 1962, a jornalista Rachel Carson em seu livro *Primavera Silenciosa*, denunciava a ação destruidora do homem, em todo o mundo, degradando o ambiente. O livro provocou um grande discussão internacional, até que a ONU (Organização das Nações Unidas) promoveu em 1972, a conferência da ONU sobre o Ambiente Humano com representantes de 113 países (inclusive o Brasil), realizada em Estocolmo, na Suécia. Ao final da Conferência de Estocolmo – como ficou conhecida -, recomendou-se a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e reconheceu-se que o seu desenvolvimento era fundamental para o combate à crise ambiental do mundo. Em resposta à isso, especialistas de 65 países reuniram-se em Belgrado, Iugoslávia (1975), para formular os princípios e orientações para o PIEA, lançados no mesmo ano (DIAS, 1994).

Em meados da década de 1980, cresciam as preocupações relacionadas à qualidade de vida e aos problemas ambientais contemporâneos, como a poluição, o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a erosão dos solos e a dilapidação das florestas e da biodiversidade genética (EHLERS, 1999).

Diante dessa preocupação, em 1983 foi criada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) pela Organização das Nações Unidas. Essa Comissão reuniu representantes de governos, de organizações não-governamentais e da comunidade científica com o intuito de “propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000”.

Em 1987, a CMMAD publicava o famoso *Relatório Brundtland*, que lançou à humanidade um novo desafio: o “desenvolvimento sustentável”. Basicamente, esse conceito procura transmitir a idéia de que o desenvolvimento deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais. No final da década de 1980, essa noção já espalhava-se por vários países, principalmente entre os ricos, tornando-se uma espécie de ideal ou um novo paradigma da sociedade contemporânea.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela constatação de que o desenvolvimento econômico deveria levar em conta também o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas, ampliando a perspectiva centrada unicamente na

lógica do mundo dos negócios, e contemplando, portanto, as dimensões humana, cultural, social e ambiental (SEQUINEL, 2002).

Segundo Donaire (1999), o conceito de desenvolvimento sustentável tem três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. Induz um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas do desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso. Nesse sentido, o desenvolvimento da tecnologia deverá ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação dos países em desenvolvimento, o progresso será entendido como fruto de maior riqueza, maior benefício social equitativo e equilíbrio ecológico.

Como destaca Almeida (2002), a ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, ao presidir a Comissão Mundial de Meio Ambiente, definiu que o desenvolvimento sustentável é aquele que "satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades".

Para isso, toda e qualquer forma de relação do homem com a natureza deve ocorrer com o menor dano possível ao ambiente, preservando a biodiversidade, e dessa forma protegendo a vida no planeta.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, as indústrias devem controlar a emissão de gases poluentes na atmosfera e evitar lançar resíduos tóxicos no solo e rios; a agricultura deve buscar a redução do uso de agrotóxicos, as cidades devem respeitar as áreas de florestas, rios e mananciais.

Um dos grandes problemas relacionados à escassez é referente à distribuição e uso de água, que sugere uma necessária conscientização da sociedade para enfrentá-los. Outra grande preocupação é o correto destino do lixo, bem como a preservação de bosques e áreas verdes.

O desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissolúvel, que promova a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações desse final de século: o direito ao desenvolvimento, sobretudo para os países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e de riqueza,

e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações. Essa ruptura é capaz de permitir a recondução da sociedade industrial rumo ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável que exige a reinterpretação do conceito de progresso, cuja avaliação deve ser principalmente efetuada por indicadores de desenvolvimento humano e não apenas pelos índices que constituem os atuais Sistemas de Contas Nacionais, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto – PIB. Partindo dessa afirmação foi assinado um documento denominado Agenda 21 (MMA, 2000).

2.2.1 Agenda 21

A Agenda 21 é um documento assinado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde estiveram reunidos representantes de 170 países que estabelece compromissos e intenções para a preservação e melhoria da qualidade ambiental na Terra. Este documento faz com que os países se comprometam em repensar o desenvolvimento econômico embasado em políticas de proteção ambiental, desta forma indicando as estratégias para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

Entre os assuntos discutidos dentro da Agenda 21 estão a geração de emprego e renda, diminuição das disparidades regionais e inter-pessoais de renda, as mudanças nos padrões de produção e consumo, a construção de cidades sustentáveis e a adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governo e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas.

2.2.1.1 Agenda 21 Brasileira

Após a definição da Agenda 21 Global, os 170 países participantes da Rio 92 fizeram um acordo para elaboração das Agendas Nacionais e das Agendas Locais que, no Brasil, abrangem os estados e os municípios.

Entre 1996 e 2002, por meio de debate realizado pela sociedade brasileira foi elaborado um plano de ação para o desenvolvimento sustentável a partir das diretrizes da Agenda 21 global denominado Agenda 21 Brasileira. A Agenda 21 tem sido um guia eficiente para processos de união da sociedade, compreensão dos conceitos de cidadania e de sua aplicação e, é hoje um instrumento de formação de políticas públicas no Brasil.

A construção da sustentabilidade no Brasil e as discussões sobre a Agenda 21 Brasileira elegeram os seguintes temas para debates, definição de estratégias e prioridades: gestão dos recursos naturais, sustentabilidade na agricultura, nas cidades, na infra-estrutura e na integração regional, sustentabilidade ampliada e desigualdades sociais; e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

A gestão dos recursos naturais trata dos problemas relacionados ao solo, dos recursos hídricos, da conservação da diversidade biológica e da qualidade do ar e proteção da atmosfera.

A sustentabilidade na agricultura trata, especialmente, dos impactos causados por essa atividade sobre a Mata Atlântica, as florestas e campos meridionais, o semi-árido, os cerrados e a floresta amazônica. Nesse tema, estudam-se, por exemplo, as condições necessárias para que sejam garantidos os ganhos de produtividade agrícola com a manutenção dos recursos naturais, a mitigação dos impactos ambientais bem como os retornos adequados aos produtores, à otimização da produção com o mínimo de insumos externos, e o atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais.

A sustentabilidade nas cidades trata das características da atual rede urbana brasileira e da sua adequação ao desenvolvimento sustentável, das questões intra-urbanas (como o emprego), do equilíbrio entre a população e a base ecológico-territorial, da responsabilidade ecológica, da eficiência energética, do uso de tecnologias limpas, das mudanças no consumo e da redução dos resíduos e de materiais não-recicláveis, da recuperação de áreas degradadas e da manutenção da biodiversidade.

A sustentabilidade na infra-estrutura e na integração regional estuda as redes de energia, transportes, comunicações e saneamento existentes no país, dedicando especial atenção à minimização dos impactos ambientais, à universalização do atendimento e à ampliação da integração regional em bases sustentáveis. Nesse grupo, procura-se identificar, por exemplo,

aquelas obras de infra-estrutura capazes de reduzir as desigualdades regionais de renda. A sustentabilidade ampliada aborda temas como os programas de investimentos que promovam a redução das desigualdades sociais em harmonia com a minimização dos impactos ambientais.

O grupo sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável trata dos programas de investimento voltados para estimular a produção de ciência e tecnologia que sirvam de suporte para o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, conforme apresentam Cavalcanti et al. (2002), vale ressaltar que o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo, da economia. Isso não quer dizer que, como resultado de um desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico deva ser totalmente abandonado. Admitindo-se, antes, que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras, desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Conforme destaca De Paula (2006), o crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente para promover o desenvolvimento. Desenvolvimento é um fenômeno que ultrapassa o econômico. O sentido do desenvolvimento deve ser o de melhorar a qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das pessoas que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

2.3 Crescimento Populacional e Qualidade de vida

A partir de meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, a história da humanidade passou a ser quase inteiramente determinada pelo fenômeno do crescimento econômico intensivo. A vida cotidiana foi totalmente transformada, e não há exagero em dizer que o padrão de vida das pessoas foi multiplicado por dez nas áreas em que esse tipo de crescimento primeiro se manifestou. Em paralelo – mas somente desde meados do século XIX – a população mundial passou a aumentar a taxas absolutamente inéditas, principalmente devido

à redução da mortalidade humana. A esperança de vida praticamente dobrou, passando, *grosso modo*, de 35 para setenta anos (VEIGA, 2006).

Como é observada por Branco (1997), a grande concentração populacional, vêm criando problemas crescentes de poluição dos rios, dos solos e do ar; congestionamento de veículos; problemas habitacionais; desmatamento de grandes áreas e criação de represas para o abastecimento de água potável ou para a geração de energia elétrica.

Algumas cidades apresentam determinadas características de crescimento populacional acima da média que são determinados por alguns fatores internos, externos e locais (BREMAEKER, 1994 *apud* SEQUINEL, 2002). Quando os fatores são internos existe a possibilidade de um maior controle por parte das administrações municipais. Geralmente as administrações municipais afirmam que o crescimento das cidades está relacionado à existência de indústrias, de empregos, de melhor equipamento social, da existência de comércio e serviços, além da oferta de habitação e melhores condições de vida e infraestrutura urbana. Em segundo plano, vêm os fatores externos dos municípios, que independem do controle ou da vontade das administrações municipais. Estão inseridas nestes casos as faltas de políticas agrícolas, as anormalidades climáticas, a existência de projetos especiais e de atividades extrativas dinâmicas. E por fim, aparecem os chamados fatores locais que, em parte, independem de uma ação direta do governo municipal, pois estão mais relacionados a condicionantes históricos, tais como a aproximação com a capital, ou o fato de ser um centro polarizador ou, ainda, de possuir uma localização espacial privilegiada.

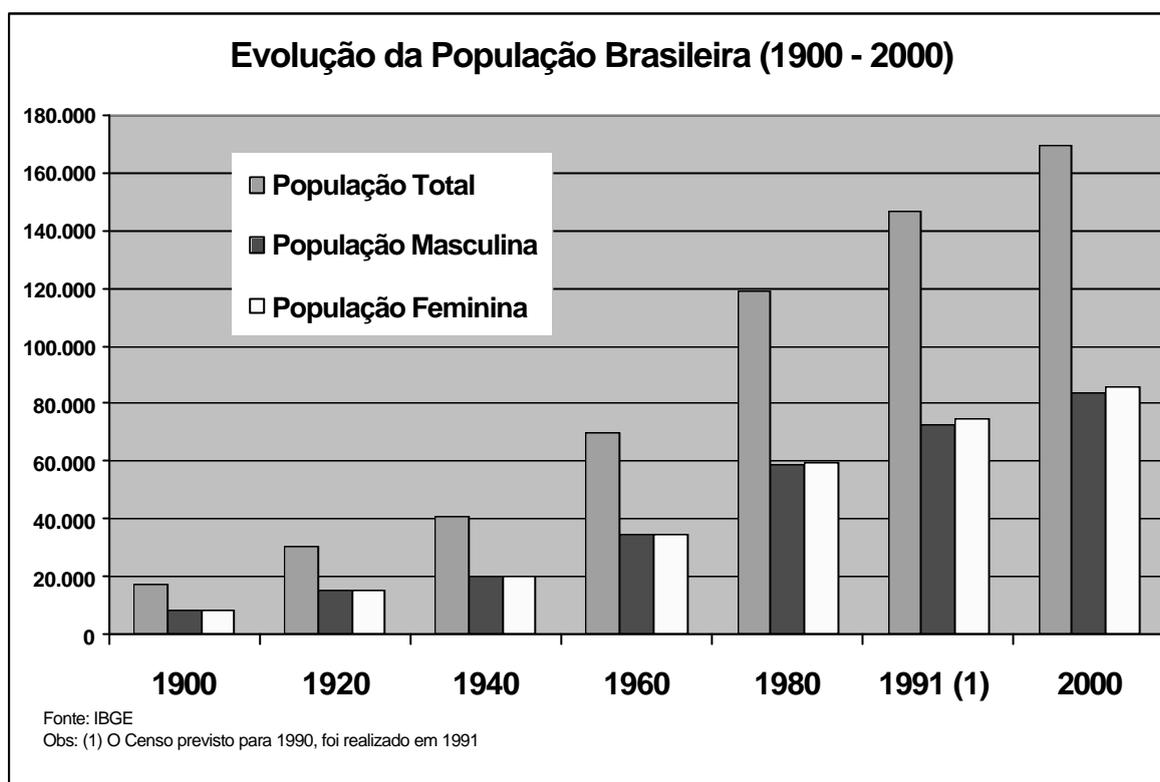
O espaço urbano, quando ocupado sem controle e sem critérios, ou mesmo com critérios que não contemplam a questão ambiental, podem resultar em problemas, com custos ambientais, sociais e financeiros ao município, atingindo inclusive o patrimônio natural e cultural. Por isso, cabe ao poder público exercer seu papel regulador e fiscalizador do processo de apropriação e construção do espaço da cidade.

Segundo Bremaeker (1994 *apud* SEQUINEL, 2002), a alta concentração populacional do município de grande porte, ou dos municípios integrantes da sua área de influência imediata tem como principais problemas os seguintes aspectos que deverão ser enfrentados pelos prefeitos de municípios:

- carência de infra-estrutura urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem, energia elétrica, telefonia, pavimentação de vias e transporte coletivo;
- carência de serviços sociais, saúde pública, educação, cultura, assistência social, creches e recreação;
- déficit habitacional;
- ocupação irregular do solo na expansão desenfreada sobre áreas ecologicamente sensíveis, comprometendo ecossistemas naturais e criando risco, existência de favelas, inchaço da cidade principal, ocupação irregular ou desordenada da periferia, de bairros ou de loteamentos, ocupação de encostas, ocupação de áreas de mananciais, margens de rios, reservas florestais ou áreas de difícil acesso, além da invasão de áreas privadas e públicas;
- desemprego, aumento da criminalidade, aumento da violência, falta de segurança, aumento dos roubos e dos furtos, da prostituição, do consumo de drogas e dos homicídios;
- diminuição da qualidade de vida, aumento da população marginal, do número de crianças abandonadas, do número de pessoas carentes, de mendigos e da subnutrição.

Todos estes fatores demonstram as problemáticas que acompanharam as administrações municipais nesse processo de desenvolvimento, industrialização, urbanização e política de mecanização na área rural. Alguns destes fatores persistem nas gestões atuais, absorvendo grande parte dos recursos financeiros e atenção das administrações municipais. A perenidade do atendimento curativo frente ao preventivo demonstra a debilidade dos planejamentos municipais, em atender a população. O atendimento de tais causas, além de diminuir o sofrimento e danos a população, proporciona também um desenvolvimento sustentável nos aspectos da saúde e bem estar da população.

Gráfico 2 - Evolução da População Brasileira (1900-2000)

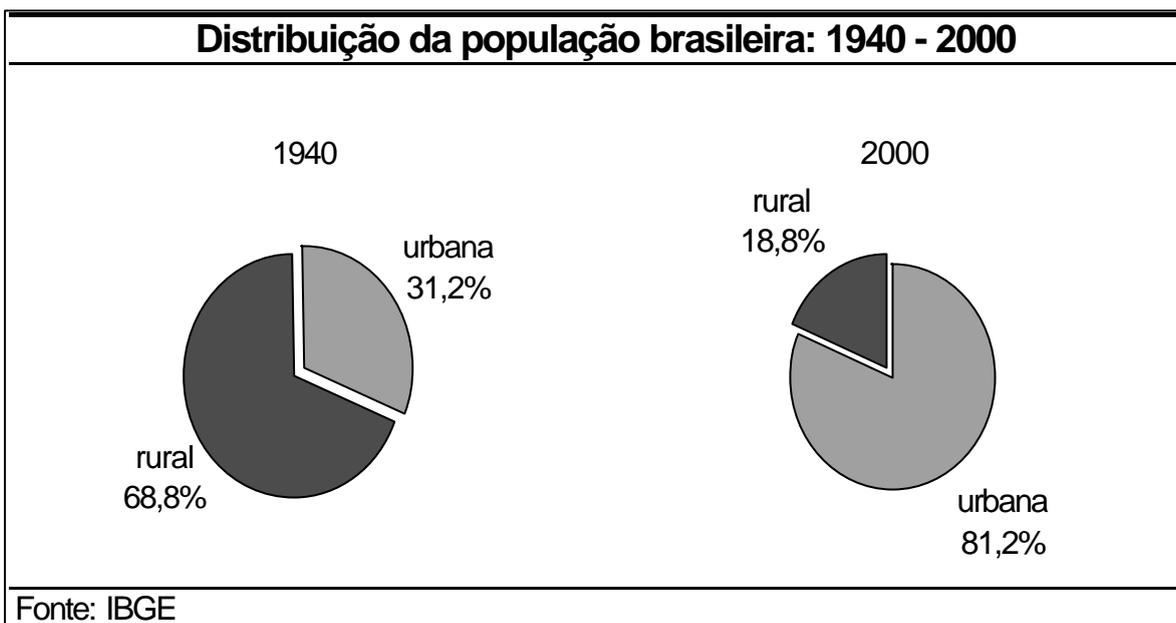


Atualmente, o IBGE estima a população brasileira em 188 milhões de habitantes.

Nas primeiras décadas do século XX, apenas 10% da população mundial vive em cidades, mas esse percentual tem crescimento exponencial daí para a frente. A expansão das estradas de ferro, o aparecimento do automóvel, o transporte urbano sobre trilhos, os novos sistemas construtivos (como o uso intensivo do aço, por exemplo), as novas redes de serviços urbanos (como gás, telefone, eletricidade, etc.) e os arranha-céus dão maior dinâmica à expansão urbana.

No Brasil, a população que vive nas áreas urbanas tem crescido e projeta-se para 2020 uma taxa de aproximadamente 90% da população vivendo nessas áreas urbanas. Nas duas últimas décadas, essa urbanização crescente tem agravado os problemas sociais, dada a fragilidade do planejamento diante do crescimento desordenado e concentrado, da demanda não atendida por recursos e serviços, da obsolescência da estrutura física existente, dos padrões atrasados de gestão e das agressões ao meio ambiente.

Gráfico 3 - Distribuição da população brasileira (1940-2000)



Apesar dessa perspectiva de que as cidades não estão preparadas em termos de sua infraestrutura econômica, urbana e social para absorver o impacto do crescimento demográfico, alguns exemplos caracterizados pela busca do desenvolvimento sustentável em áreas urbanas, podem ser encontrados em diversas localidades do mundo. Muitas cidades têm encontrado caminhos alternativos e soluções inovadoras para os desafios que se apresentam rumo a conquista da sustentabilidade.

Barcelona, Paris e Londres, dentre outras, são exemplos bem sucedidos fora do Brasil. Barcelona com seus edifícios com aproveitamento de energia solar, investiu no transporte coletivo integrado modal, melhorando o trânsito e diminuindo a poluição sonora e de gases, bem como Paris e Londres que investiram na despoluição e recuperação ambiental de seus principais rios - o Sena e o Tamisa - e os transformaram em pontos importantes de turismo e de valorização imobiliária.

No Brasil podemos destacar a cidade de Curitiba que adota uma prática de planejamento urbano. Isso se reflete nas intervenções realizadas em áreas como a de transporte urbano, sistema viário, a de planejamento ambiental e outras ligadas ao urbano-ambiental.

A qualidade de vida tem sido resumida ao nível de renda per capita. É o referencial que nos fornece, por exemplo, o Banco Mundial através dos seus relatórios. Esta visão, é preciso dizê-

lo, continua amplamente dominante no nível das instituições mais poderosas, onde o progresso é identificado essencialmente com o crescimento da economia. A partir de 1990, com a produção dos relatórios sobre o desenvolvimento humano, ampliou-se significativamente esta visão, ao acrescentar o nível educacional e o nível de saúde ao indicador sobre renda. Esta nova visão constitui um progresso muito significativo. No entanto, ainda é demasiado simplificada como indicador de qualidade de vida, e deixa no escuro uma série de elementos chave da ação social (DOWBOR, 2003).

Para Maya (1984), o conceito de qualidade de vida compreende uma série de variáveis, tais como: a satisfação adequada das necessidades biológicas e a conservação de seu equilíbrio (saúde), a manutenção de um ambiente propício à segurança pessoal, a possibilidade de desenvolvimento cultural, e, em último lugar, o ambiente social que propicia a comunicação entre os seres humanos, como base da estabilidade psicológica e da criatividade.

A qualidade de vida também pressupõe uma infra-estrutura social pública capaz de atuar em benefício do bem comum (condições gerais de habitação, saúde, educação, cultura, alimentação, lazer, etc.), respeitando a capacidade de reposição dos recursos naturais; visto que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida.

Uma cidade só pode ser considerada saudável quando todos os fatores ambientais que repercutem na saúde e bem-estar do cidadão estão equilibrados nos locais onde ele vive, trabalha, circula, se locomove e tem o seu lazer. Como cada um convive com milhares de outros seres humanos, só se pode sentir seguro e satisfeito se todos os demais desfrutarem de boas condições sanitárias também. A saúde da cidade por inteiro é, por isso, condição necessária e indispensável à saúde de cada cidadão (ALVES, 1992).

2.4 Sustentabilidade urbana

No cenário mundial de profundas transformações advindas do esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial fordista, do advento da globalização financeira e da perda de capacidade dos Estados nacionais regularem suas economias, tem vigorado uma incerteza quanto ao futuro das cidades. Este é o contexto que tem favorecido o surgimento de um modelo de gestão urbana, difundido por agências multilaterais e consultores internacionais, que não parece contemplar devidamente o acúmulo de conhecimento, criatividade e experiência inventiva dos movimentos sociais que se esforçam por construir uma cidade

cívica, onde se possa consolidar uma verdadeira cultura dos direitos (ACSELRAD et al., 2001).

Entre os anos de 1950 e 1990, a população das cidades em todo o mundo cresceu dez vezes, passando de 200 milhões de habitantes para mais de 2 bilhões. A cidade é uma complexa e mutante matriz de atividades humanas e efeitos ambientais. A progressiva urbanização agrava o problema ambiental. Hoje, as cidades consomem três quartos da energia de todo o globo, causando também três quartos da poluição mundial (MORENO, 2002).

Um crescimento populacional mais racional, a conservação de recursos, a reestruturação do sistema de consumo e a redução da poluição são temas discutidos quando se fala em sustentabilidade.

As cidades que desfrutam hoje do status de “modelo”, segundo os padrões internacionais hegemônicos, são as que mostram uma imagem que agrega à modernização tecnológica e infra-estrutural a promessa de uma “cidade harmoniosa”, com alta “qualidade de vida” e “renovada vida cultural e artística”. Mediante algumas ou todas as cidades combinadas, essas são as que se apresentam como “cidades sustentáveis” (ACSELRAD et al., 2001).

No Brasil, um exemplo de cidade ecologicamente correta é Curitiba, capital do Paraná. O planejamento urbano concebido pelo arquiteto Jorge Wilhelm e implementado pela administração do também arquiteto Jaime Lerner, nos anos 1970, dotou a cidade de grandes parques, um original e eficaz sistema de transporte de massa, centros de arte e recreação e um eficiente sistema de disposição do lixo. A geógrafa Rosa Moura lembra que o brilho de elogios e premiações internacionais levou o projeto Curitiba a ser “copiado” em muitas outras cidades. Mas ocorre que “a leitura oficial de Curitiba, pautada em indicadores selecionados, sempre ignora seu entorno, abstraindo problemas estruturais da população de baixa renda, similares aos de tantas outras cidades”. Essa realidade leva a geógrafa a concluir que o modelo de planejamento e gestão urbana da capital do Paraná é inacabado, tendo sido consolidado com base nas desigualdades socioespaciais internas e de sua área metropolitana (MORENO, 2002).

A agenda urbana neoliberal com suas imagens e discursos, os pactos e acordos entre agentes entorno dela firmados, reiteram constantemente as noções naturalizadas de “cidades

sustentáveis”, “preservação da qualidade de vida” e “eficiência eco-ambiental”, associados à “boa governança”, como pré-requisitos dos projetos de desenvolvimento econômico (ACSELRAD et al., 2001).

2.5 A importância das políticas urbanas voltadas ao desenvolvimento sustentável

Políticas são sistemas de regras, princípios, programas de ações governamentais, diretrizes para a administração pública da Nação, Estado ou Município. As políticas urbanas são implementadas pelos Municípios, através do Plano Diretor, como um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (Ott, 2004).

A importância de se ter uma política urbana coerente voltada para o desenvolvimento sustentável norteará os gestores municipais com os demais atores sociais no planejamento do Município para a formação de cidades sustentáveis, seja no uso e ocupação apropriado do solo urbano ou rural, nos novos parcelamentos do solo urbano, proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, revitalização de ocupações urbanas, remanejamento da população que residem em áreas impróprias, qualidade de vida para os seres humanos e os demais sistemas vivos (Ott, 2004)

O desenvolvimento de determinados territórios depende, em grande parte, da existência de arranjos institucionais entre empresas privadas, os governos locais e as chamadas organizações do terceiro setor. A existência desses arranjos permite reduzir tanto os custos de transação como as ações oportunistas, criando um ambiente mais favorável à criatividade empreendedora. Ainda que permaneçam dificuldades para se explicar a gênese dos arranjos institucionais, é certo que um dos ingredientes fundamentais é o chamado capital social, especialmente se entendido como um conjunto de relações de confiança entre os indivíduos e as organizações públicas e privadas (EHLERS, 2003).

A noção de capital social foi relançada no início dos anos 1990 nos trabalhos coordenados por Robert Putnam sobre as diferenças de desempenho institucional das diversas províncias italianas: “...diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996 *apud* EHLERS, 2003). É a capacidade dos grupos de empreender ações cooperativas que, muitas vezes, permitem reduzir os custos de transação.

Mais recentemente surgiu a sensibilidade quanto ao potencial de produção de riqueza e desenvolvimento, que flui das várias formas de associação coletiva: o capital social. Esse capital refere-se aos laços de confiança, de compromisso, de vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade, capazes de estimular normas, contatos sociais e iniciativas de pessoas para aumentar o desenvolvimento humano e econômico.

A principal referência sobre capital social é a de Putnam (1996). Em seu estudo comparativo sobre o desenvolvimento político das regiões da Itália estabeleceu uma conexão entre o grau de civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança. Para o autor, a raiz do maior desenvolvimento do Norte italiano encontra-se nas organizações que datam de quase mil anos atrás, como os coros de Igreja e as sociedades de ajuda mútua baseadas no associativismo horizontal e com alto grau de participação cívica. O capital social refere-se ao conjunto de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento que podem melhorar a eficácia da sociedade na solução de problemas que exigem a ação coletiva. O capital social seria, pois, um bem público, um verdadeiro subproduto de outras atividades sociais, fundado em redes horizontais e nas relações de confiança.

Putnam relaciona a tradição cooperativa e os laços de solidariedade horizontal e de confiança com o melhor desempenho institucional das regiões situadas ao Norte da Itália. Na região Sul predominariam as relações verticais, caracterizadas pela concentração de poder de proprietários de terra, menor participação social, incapacidade de os indivíduos agirem coletivamente e maior alocação de oportunidades individualistas. Tal fato explicaria o atraso e as maiores desigualdades sociais dessa parte da Itália.

Cabe ao Estado democrático promover ações criativas que induzam à otimização das relações, por meio da sinergia entre governo, comunidade e mercado. Assim, o capital social aumentará e poderá contribuir para a autonomia da sociedade na garantia de seu bem-estar social. O bem-estar econômico e social é resultado da combinação de indicadores de condições naturais e ambientais; das condições de acesso à saúde e conhecimento; do acesso a recursos monetários e às condições de acesso ao trabalho. Logo, a interação do capital social com as demais formas de capital (natural, humano e financeiro) pode influenciar positivamente no desenvolvimento amplo da sociedade.

A Constituição Federal de 1988 define como obrigatórios a elaboração e implementação de Planos Diretores para Municípios com mais de 20 mil habitantes de modo participativo, nos seus artigos 182 e 183 (OTT, 2004).

Deve ser inserida no planejamento a educação ambiental, que muitas vezes é confundida com ecologia. Porém, ecologia é uma ciência com seus princípios, teorias etc. A educação ambiental é um processo, uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação que utiliza os vários conhecimentos, inclusive os da ecologia, para promover a compreensão dos mecanismos de inter-relação natureza-homem, em suas diversas dimensões (ALVES, 1994).

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

As pesquisas exploratórias apresentam menor rigidez no planejamento, sendo desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, o que possibilita maior aproximação com o problema, tornando-o mais explícito (GIL, 2002).

No que se refere aos procedimentos utilizados, do ponto de vista empírico, principalmente no que tange ao ambiente em que foram coletados, classificados, sumarizados, registrados e analisados os dados, assumiu o mesmo as características de um estudo de caso, qual seja, o caso da Cidade de Jundiaí.

Estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida (CERVO, 1983).

Segundo Gil (2002, p. 139) os estudos de casos podem ser constituídos por um ou múltiplos casos, sendo que para o estudo de caso único, o tipo de pesquisa deve ser exploratório.

Como a pesquisa proposta envolve a investigação e o aprofundamento de estudos sobre um objeto único, a cidade de Jundiaí, determinou-se para esta a classificação como exploratória, sendo o seu delineamento o estudo de caso único.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

Com muita frequência as populações que se pretende estudar são tão amplas que é impraticável considerá-las em sua totalidade. Isto significa que o pesquisador deve escolher alguns sujeitos e estudá-los (GIL, 2002).

Segundo Ladislau Dowbor (2003), o pacto pelo desenvolvimento local integrado deverá incluir os principais atores sociais locais, a administração pública de diversos níveis, as empresas, o terceiro setor, as organizações comunitárias, os sindicatos, as igrejas. E deverá traduzir-se em conselhos ou fóruns locais de desenvolvimento.

Os sujeitos da pesquisa do presente estudo estão em três grupos:

- a) os dirigentes de algumas das principais empresas de Jundiaí, procurando identificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças para as empresas instaladas, bem como identificar os fatores que contribuíram para sua implantação nesse território, além de buscar identificar as ações que estão sendo desenvolvidas para que a cidade venha a desfrutar de um desenvolvimento sustentável.
- b) gestores públicos e lideranças políticas da cidade e da região, buscando questionar e apresentar os programas e políticas públicas relacionadas às estratégias de desenvolvimento local, bem como as ações com foco no conceito de desenvolvimento sustentável;
- c) lideranças de entidades da sociedade civil (associações empresariais, sindicatos de trabalhadores, entidades ambientais, dentre outros), com interesses específicos face ao desenvolvimento regional e as ações desenvolvidas com foco no conceito de desenvolvimento sustentável.

Para a obtenção das respostas às questões apresentadas no formulário elaborado foram entrevistados:

- 1) Sr. Jorge Yatim, Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Jundiaí na gestão atual (2005-2008);
- 2) Sr. Antonio Francisco Carbonari, Secretário de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Jundiaí na gestão atual (2005-2008);
- 3) Sr. Miguel Haddad, Prefeito de Jundiaí nas gestões 1997-2000 e 2001-2004;
- 4) Sr. George Tomic, Diretor Regional da FIESP – Departamento de Ação Regional – Diretoria de Jundiaí;
- 5) Sr. Ricardo Diniz, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Jundiaí;
- 6) Sr. Sérgio Luiz Ferraz Beneditti, Presidente da Associação dos Arrendatários e Usuários do Aeroporto de Jundiaí;
- 7) Sr. Gilson Aparecido Pichioli, Gerente Geral da Fassina (Soluções logísticas em comércio exterior);
- 8) Sr. Rui Thomaz de Aquino, Presidente da TAM Jatos Executivos;
- 9) Sr. Mauricio Rappa, Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí.

3.3 Instrumentos da Pesquisa

Para a realização da pesquisa foi utilizada a entrevista que, segundo Gil (1999) é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ et al., 1967 apud GIL, 1999).

Foi elaborada uma lista de perguntas, que, segundo Gil (1999) é freqüentemente chamada de questionário ou de formulário. Este último é preferível, visto que questionário expressa melhor o procedimento auto-administrado, em que o pesquisado responde por escrito as perguntas que lhe são feitas.

Segundo Lakatos e Marconi (1999), o formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.

Nogueira (1968, *apud* LAKATOS; MARCONI, 1999, p. 114) define formulário como sendo “uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação”.

Neste estudo foram realizadas entrevistas pessoais focalizadas com os sujeitos da pesquisa, sendo o formulário semi-estruturado a ferramenta que serviu para orientar o pesquisador durante a realização das entrevistas.

Foram coletados depoimentos de lideranças públicas, de empresas privadas e da sociedade civil da cidade de Jundiaí com atuação na segunda metade da década de 1990 e primeira

metade da década de 2000 e que vivenciaram as transformações nos processos de gestão ou de atores sociais que, de alguma forma, participaram desse momento.

A elaboração do formulário buscou organizar as questões de modo a cobrir os pontos que são objetos da pesquisa, ou seja, caracterização do crescimento e desenvolvimento de Jundiaí e as ações que foram desenvolvidas baseadas no conceito de sustentabilidade, extraído de cada um dos pontos, uma série de questões inter-relacionadas.

3.3.1 Formulário para a Coleta de Dados

1.1 Analisar o desenvolvimento econômico de Jundiaí no período de 1995 a 2005;

1.1.1 Quais os motivos que têm trazido as empresas a se instalarem em Jundiaí?

1.1.2 Como se caracteriza o processo de crescimento de Jundiaí?

1.1.3 Quais as ações da administração local que propiciam / proporcionam o interesse das empresas se instalarem na cidade?

1.1.4 Como você avalia o crescimento empresarial na cidade de Jundiaí?

1.1.5 Qual é a importância da proximidade geográfica entre Jundiaí e a cidade de São Paulo?

1.2 Identificar as ações baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável, desenvolvidas em Jundiaí.

1.2.1 Dentre as preocupações com o meio-ambiente (lixo, ar, água, solo, superpopulação, alimentos contaminados e etc.), quais são os maiores problemas em Jundiaí?

1.2.2 Considerando que sustentabilidade é a qualidade do que é sustentável, refletindo a preocupação em usar os recursos sem exaurí-los, de modo a permitir a continuidade do próprio desenvolvimento humano, como você percebe e avalia, nos últimos dez anos, as ações implementadas em Jundiaí para a garantia da sustentabilidade?

1.3 Verificar como foram articuladas as ações para o desenvolvimento sustentável;

1.3.1 Quais foram às instituições que se articularam para o desenvolvimento das ações?

1.3.2 Em sua opinião, quais foram às instituições mais relevantes para a articulação das ações?

- 1.4 Caracterizar as empresas estabelecidas na cidade quanto à preocupação com o meio-ambiente;
 - 1.4.1 Existem empresas na cidade que ainda não atendem às solicitações dos órgãos competentes quanto às leis de proteção ambiental?
 - 1.4.1.1 Onde estão localizadas (região central, rural ou bairros afastados) essas empresas?
 - 1.4.2 Existe colaboração entre as empresas e a administração local?
 - 1.4.2.1 Como podemos identificar e descrever esta colaboração?
 - 1.4.3 Em sua opinião, a administração municipal incentiva a instalação das empresas na cidade?
 - 1.4.3.1 Há restrição para determinada atividade?
 - 1.4.4 Existem benefícios fiscais para a compra de equipamentos de energias renováveis e ou subsídios às empresas para investimentos ambientais.
- 1.5 Identificar os resultados alcançados pelas empresas da cidade de Jundiaí;
 - 1.5.1 Quais foram os principais benefícios para as empresas quando da sua instalação na cidade?
 - 1.5.2 Quais foram os principais benefícios para a cidade de Jundiaí?
- 1.6 Analisar as ações da administração municipal na conscientização das ações necessárias para a preservação do meio-ambiente, com foco no desenvolvimento sustentável.
 - 1.6.1 Houve alguma ação da administração municipal com foco no desenvolvimento sustentável?
 - 1.6.1.1 Quais foram?
 - 1.6.2 Como estas ações foram recebidas pela iniciativa privada e sociedade civil?
 - 1.6.2.1 São de caráter regional ou municipal?
- 1.7 Analisar as barreiras encontradas para a instalação de empresas em Jundiaí.
 - 1.7.1 Quais foram os principais obstáculos para as empresas se instalarem em Jundiaí?
 - 1.7.2 A administração municipal de Jundiaí contribuiu e / ou tolheu a instalação de empresas em Jundiaí?
 - 1.7.2.1 Como?
- 1.8 Caracterizar ações que conciliem desenvolvimento e sustentabilidade na cidade de Jundiaí.

1.8.1 É possível conciliar desenvolvimento e sustentabilidade em Jundiaí?

1.8.2 Existe articulação da cidade de Jundiaí (sociedade civil, administração local) com as cidades vizinhas visando ações com foco no conceito de sustentabilidade?

1.8.3 As cidades vizinhas têm programas com foco no conceito de sustentabilidade?

1.9 Existe algum ponto com foco na sustentabilidade de Jundiaí que não foi abordado neste formulário que seria interessante destacar para o enriquecimento desta pesquisa.

3.4 Procedimentos para Coleta de Dados

Segundo Gil (2002, p. 141), o procedimento de coleta de dados do estudo de caso é o mais completo dentre os delineamentos, envolvendo fontes de dados primárias e secundárias.

Assim, a pesquisa proposta utilizará como fontes primárias as entrevistas focalizadas, que serão realizadas junto aos elementos definidos na amostra (Sujeitos da Pesquisa) e, como secundárias as seguintes fontes:

- a) Literatura sobre os conceitos fundamentais: qualidade de vida, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, crescimento populacional e políticas públicas;
- b) Dados estatísticos de fontes como: SEADE, IBGE, PAEP, SEBRAE;
- c) Publicações oficiais da Prefeitura de Jundiaí (cadernos de planejamento), bem como em jornais, revistas e demais publicações regionais, que apresentem dados consistentes para análise, relativos à delimitação da pesquisa.

3.5 Procedimentos para Análise dos Resultados

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999).

A análise dos resultados foi procedida através dos depoimentos resultantes das entrevistas que foram discutidos à luz dos conceitos teóricos, e das evidências e elementos verificados junto às demais fontes da pesquisa (livros, revistas, Seade etc.).

3.5.1 Análise de Conteúdo

O grande volume de material produzido pelos meios de comunicação de massa e a criação de técnicas para sua quantificação determinaram o desenvolvimento da análise de conteúdo, que é definida por Berelson (1952 *apud* GIL, 1999) como:

“uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977 *apud* GIL, 1999).

A pré-análise é a fase de organização, que inicia com os primeiros contatos com os documentos, seguido da escolha dos documentos e a preparação do material para análise.

A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria).

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa.

Segundo Lakatos e Marconi (1996), essa técnica permite analisar o conteúdo de livros, revistas, jornais, discursos, películas cinematográficas, propaganda de rádio e televisão, *slogans* etc.

É uma técnica que visa aos produtos da ação humana, estando voltada para o estudo das idéias e não das palavras em si.

A análise dos resultados desta pesquisa foi elaborada com base na Análise de Conteúdo, através do confronto entre os dados primários e secundários obtidos em campo.

4. ESTUDO DE CASO: A CIDADE DE JUNDIAÍ

A cidade de Jundiaí possui aproximadamente 340.000 habitantes (SEADE, 2005) e se localiza a 60 Km de São Paulo, e, faz limite com 11 municípios: Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Franco da Rocha, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Itupeva, Louveira, Vinhedo, Itatiba e Jarinu.

Figura 1 - Mapa da Região de Jundiaí



A superfície da cidade é de 432 km², sendo que a área urbana ocupa 155 km², das quais 23,25 km² são de área verde. A área rural de 277 km², tem 155 km² de área verde, dos quais 91,4 km² correspondem às áreas de tombamento da Serra do Japi (JUNDIAÍ, 2005).

O município de Jundiaí é sede da Região de Governo que engloba os seguintes municípios: Jundiaí, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Louveira, Morungaba e Várzea Paulista. Entretanto, a Região de Governo de Jundiaí pertence à Região Administrativa de Campinas. Uma região administrativa é uma “divisão do território estadual em unidades regionais constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes para integrar,

organizar o planejamento regional para o desenvolvimento sócio-econômico e melhoria da qualidade de vida e execução de funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região.” (JUNDIAÍ, 2005).

Conhecer o relevo de uma cidade é importante para planejá-la. As variações de altitude indicam as limitações e as potencialidades de sua ocupação. O município de Jundiaí encontra-se na compartimentação geomorfológica do Planalto Atlântico, compreendendo as subdivisões Planalto de Jundiaí e Serranias de São Roque, caracterizadas predominantemente por relevos de morros e morrotes. A região é próxima à zona de transição para a Depressão Periférica. Este conjunto de diferenças de nível é que dá ao relevo da cidade um aspecto irregular, repleto de “altos” e “baixos” (JUNDIAÍ, 2005).

Nas regiões de clima tropical de altitude, as chuvas são mais frequentes no período de outubro a abril e as secas acontecem entre os meses de maio a setembro. Este clima é típico de regiões serranas ou de maior altitude e determinante para o tipo de lavoura de uma região. Na Serra do Japi a temperatura fica, normalmente, 4 ou 5 graus abaixo do restante da cidade. Estas características climáticas, somadas às do relevo, facilitam a dispersão de poluentes, melhorando a qualidade do ar.

No território de Jundiaí pode-se encontrar remanescentes de dois biomas florestais brasileiros, a Mata Atlântica e o Cerrado. As manchas de cerrado se concentram na região oeste do município, entre a Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonoli e o Rio Jundiaí. A Mata Atlântica ocorre nas maiores áreas; existem manchas nas zonas rurais e urbanas e, principalmente, na Serra do Japi. São representantes do ecossistema florestal chamado de Floresta Estacional Semidecidual, pertencentes aos domínios da Mata Atlântica, como discriminado no Decreto Federal nº 750/93. Em todo o Brasil, estas formas de vegetação foram e continuam a ser desmatadas, tanto para a ampliação das áreas agrícolas como pelo crescimento urbano. Estas matas têm grande importância para a preservação da biodiversidade, proteção do solo, produção de água, depuração do ar, valor cênico, etc. Tal importância pode ser observada em Jundiaí, visto que no 350º aniversário, a Serra do Japi foi escolhida pela população como símbolo representativo da cidade (JUNDIAÍ, 2005).

Figura 2 – Serra do Japi



Jundiaí está localizada na bacia do Rio Jundiaí, rio este que nasce no município de Mairiporã e segue em direção leste, atravessando os municípios de Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Itupeva, Indaiatuba. Finalmente, no município de Salto, o rio Jundiaí deságua no rio Tietê. Dentre as várias sub-bacias presentes, destaca-se a do rio Jundiaí-Mirim, que nasce em Jarinú e é o principal manancial de água para abastecimento público. Encontra-se também presente no município a nascente do rio Capivari, pertencente à bacia do rio Piracicaba.

Os índices demográficos são fundamentais para o planejamento da cidade. As projeções sobre o crescimento da população indicam, por exemplo, medidas que deverão ser tomadas para a eficácia dos serviços de abastecimento de água e esgoto, saúde, etc. Os índices relativos à urbanização, por sua vez, podem apontar alternativas para manutenção de zonas rurais e para o estabelecimento de uma densidade demográfica adequada para o município de acordo com os recursos naturais e de infra-estrutura que possui.

Quadro 3 - População da cidade de Jundiaí

Ano	População
2005	344.779
2002	341.420
2000	332.111
1995	303.577
1990	285.706
1985	272.436
1980	258.328

Fonte: SEADE, 2002/IBGE, 2005 – estimativa em 01.07.2005

O índice de urbanização (percentual da população que vive em áreas urbanas) em Jundiaí é de 93,96%, sendo que na Região de Governo de Jundiaí é de 91,27% e no Estado de São Paulo é de 93,65% (SEADE, 2005).

A erradicação de favelas é definida como prioridade na política habitacional desenvolvida na cidade. A erradicação é prevista, com a execução de obras de infra-estrutura e melhoria ou construção das unidades habitacionais.

O fornecimento de um endereço regular e uniforme para a correta localização do morador de um núcleo de submoradia, proporciona-lhe ascensão como cidadão, dignidade, melhoria da qualidade de vida e garantia ao acesso à moradia digna.

A política habitacional no município não responde apenas ao direito social da moradia digna, mas abrange também a oferta e eficiência de equipamentos comunitários e urbanos, desenvolvimento do trabalho social junto às famílias atendidas, proporcionando-lhes convivência e ambiente agradável na nova moradia.

Figura 3 – Conjunto Habitacional Fazenda Grande



4.1 Histórico da cidade de Jundiaí

A região de Jundiaí, até início do século XVII, era habitada exclusivamente por povos indígenas que se dedicavam à produção de milho e mandioca. Essa região era cortada por um rio que os índios chamavam-no de “JUNDIA-Y”, rio dos jundiás, nome comum a diversas espécies de peixes que não têm escamas, mas barbas, da qual fazem parte os bagres. Foi o nome desse rio que deu origem ao nome da cidade (OLIVEIRA, 1992).

Os primeiros colonizadores brancos chegaram à região em 1615, seguindo o processo de interiorização. Apesar das controvérsias dos historiadores, a versão mais aceita sobre a fundação do município remete à vinda de Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes, que por motivações políticas fugiram de São Paulo e refugiaram-se nos arredores, fundando a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, elevada à categoria de Vila em 14 de Dezembro de 1.655. Os primeiros habitantes de Jundiaí foram os índios, depois vieram os colonizadores portugueses e mais tarde os negros escravos. Em 1854 a cidade recebeu os primeiros imigrantes, que eram suíços. A partir de 1887 começaram a chegar os imigrantes italianos, para se instalar no Núcleo Colonial “Barão de Jundiaí” (que daria origem ao Bairro da Colônia), trabalhando e desenvolvendo a lavoura, principalmente a da uva. Com o passar dos anos, muitos outros imigrantes vieram fazer parte da população: os alemães, os árabes, os

portugueses, os japoneses, os chineses etc. Alguns vieram trabalhar nas fábricas que foram surgindo, outros na lavoura, no comércio e em outras atividades (JUNDIAÍ, 2005).

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e início do XIX, a economia da cidade se limitou a pequenas lavouras de subsistência, que abasteciam moradores da vila, tropeiros e bandeirantes. Na época, a região era formada por várias sesmarias pertencentes à Capitania de São Vicente, conhecida como “Portão do Sertão”, início do caminho de muitas entradas e bandeiras. Durante longo período, a escravidão indígena foi a base da mão-de-obra local.

A cidade possuía, naquela época, quatro ruas centrais, paralelas, chamadas então de Rua Direita (atualmente Barão de Jundiaí), Rua do Meio (Rua do Rosário), Rua Nova (Senador Fonseca) e Rua Boa Vista (Zacarias de Góes). As melhores casas eram de taipa e terra, enquanto os moradores mais humildes usavam o pau a pique, cobertas por sapé. A insurgente localidade possuía a Capela de Nossa Senhora do Rosário (hoje no local está o Gabinete de Leitura Rui Barbosa), o Hospício dos Beneditos e o Mosteiro de São Bento, um dos poucos monumentos sobreviventes. Naquela época, o abastecimento de água era feito rudimentarmente por meio de bicas públicas e a iluminação provinha de candeeiros de querosene, que eram suspensos nas paredes, acesos no final da tarde e apagados ao raiar do sol (JUNDIAÍ, 2005).

Um dos pontos comerciais mais movimentados, então, era o Largo do Rocio, que deu lugar atualmente à Praça da Bandeira. Dentre as atividades agrícolas, a cana-de-açúcar era o destaque, mas a produção era utilizada para a fabricação de aguardente.

Em meados do século XVIII o número de escravos indígenas e de escravos de origem africana já era praticamente o mesmo, mas a partir da segunda metade deste século, a quantidade de africanos se intensificou, até que a mão-de-obra indígena foi totalmente abandonada. À medida que o número de africanos aumentava, também cresciam os focos de resistência, entretanto, há poucos registros históricos sobre a vida destes trabalhadores. Em 28 de Março de 1865, Jundiaí foi elevada à categoria de cidade.

A partir da segunda metade do século XIX a produção cafeeira ganhou força para o oeste e isso promoveu o crescimento da cidade, e junto com o café vieram a ferrovia e as indústrias. A Ferrovia Santos-Jundiaí foi inaugurada em 1867, época em que se observava a crise do

escravismo e a conseqüente alta do preço do escravo. Neste contexto, os grandes produtores rurais passaram a buscar novos trabalhadores e teve início o amplo processo de imigração, com a participação direta do Governo Federal. Os primeiros foram os italianos, que se instalaram preferencialmente na região da Colônia, no Núcleo Barão de Jundiaí, implementado pelo então presidente da Província de São Paulo, Dr. Antônio de Queiroz Telles (Conde de Parnaíba), filho do Barão de Jundiaí. Depois, outros europeus foram instalados no comércio e na lavoura e alguns passaram rapidamente de colonos a proprietários, incrementando a atividade agrícola. A imigração estimulou o crescimento comercial e industrial e, ainda, do segmento de serviços e infra-estrutura urbana.

Enquanto isso, Jundiaí ia se destacando como uma cidade estratégica no setor ferroviário, com a instalação da Ferrovia Santos-Jundiaí (em 1.867), a Cia. Paulista de Estradas de Ferro (em 1.872), da Cia. Ituana (em 1.873), da Cia. Itatibense (em 1.890) e a Cia. Bragantina (em 1.891) (JUNDIAÍ, 2005).

Figura 4 – Museu Ferroviário de Jundiaí



De acordo com censo realizado pelo Governo Federal em 1.920, Jundiaí possuía uma população de 44.437 habitantes. O abastecimento de água foi implantado em 1.881, a energia elétrica chegou em 1.905 e o telefone em 1.916. Os imigrantes de origem oriental, principalmente os japoneses, chegaram à cidade nas décadas de 1920 e 1930.

O processo de industrialização de Jundiaí acompanhou as vias de circulação, com isso, as indústrias se concentravam nas regiões próximas à ferrovia e às margens do Rio Guapeva, atendendo principalmente os segmentos têxtil e cerâmico. Nos anos 30 e 40, ocorreu novo impulso industrial e após a inauguração da Rodovia Anhanguera, em 1.948, mais empresas procuraram a cidade, aproveitando também a abertura da economia ao capital estrangeiro em 1.950. Foi nesta época que vieram para o município as indústrias metalúrgicas.

Após iniciar seu desenvolvimento econômico com a cultura do café, desenvolveu-se posteriormente a vinicultura, e atualmente pertence ao chamado “Circuito das Frutas” sendo considerada a “Terra da Uva e do Morango”.

Na primeira metade do século XX, a atividade econômica diversificou-se através da produção fabril, onde se destacaram as indústrias Argos, Japi e Milani do segmento têxtil. Na segunda metade do mesmo século, houve a expansão industrial, quando novas fábricas metalúrgicas, a exemplo da Vigorelli (já extinta), da Petri, e da Tusa (hoje incorporada pela Siemens) dentre outras. Pode-se destacar também o crescimento da indústria alimentícia com a Cica e Ceval, que já se mudaram da cidade.

4.2 Cenário atual da cidade de Jundiaí

Atualmente a região tem economia diversificada e emerge como pólo de serviços de apoio à produção, por estar localizada entre dois grandes mercados consumidores (São Paulo e Campinas) e possuir acesso fácil a algumas das melhores rodovias que cortam o Estado de São Paulo (Bandeirantes, Anhanguera, Castelo Branco, Dom Pedro e Dutra, entre outras).

Quadro 4 – Número de empresas e de empregos em Jundiaí

Grande Setor	Nº Estabelecimentos		Trabalhadores formais	
	1996	2005	1996	2005
Industria	731	830	34.679	32.831
Construcao civil	203	250	3.089	4.225
Comercio	2.258	3.366	15.656	29.563
Servicos	2.168	2.835	27.636	44.923
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	150	160	540	607
Outros/ignorado	22	0	208	0
Total	5.532	7.441	81.808	112.149

Fonte: Rais, 2005 adaptado pelo autor

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), competência 2004, Jundiaí possui um Produto Interno Bruto de R\$ 6,862 bilhões, sendo que o índice per capita é R\$ 20.131,21, portanto 47% superior do que o PIB per capita do Estado de São Paulo. Com esses índices, Jundiaí ocupa atualmente a décima segunda posição no estado de São Paulo dentro do ranking paulista dos PIB's municipais, sendo responsável por 1,25% do PIB estadual.

Quadro 5 - Dados econômicos de Jundiaí

Economia	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2005	0,777312	1,927488	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2004	0,54	1,75	6,52
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2004	54,72	56,57	46,26
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2004	44,74	41,68	47,22
PIB (Em milhões de reais correntes)	2004	6.862,87	12.844,91	546.606,82
PIB per Capita (Em reais correntes)	2004	20.131,21	17.361,67	13.725,14
Participação no PIB do Estado (Em %)	2004	1,255540	2,349936	100,000000

Fonte: SEADE, 2005

Segundo pesquisa da Fundação SEADE (2004), Jundiaí é a segunda cidade do Estado de São Paulo com a menor taxa de pobreza, 7,8%, mesmo comparada com cidades de menor porte, perdendo apenas para Holambra, com 7,5%, cuja população é de apenas 10 mil habitantes.

Vale lembrar que o último ranking do IDH-M, indicador de desenvolvimento humano que identifica os municípios a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, classifica Jundiaí na 4ª posição entre as cidades paulistas (645 municípios), na 2ª posição no estado de São Paulo entre os municípios com mais de 200.000 habitantes e na 14ª posição no Brasil, entre 5.507 municípios, com o elevado índice 0,857, enquanto o Estado de São Paulo apresenta índice 0,814 e o Brasil com 0,769.

Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

PAÍS/ESTADO/MUNICÍPIO	IDHM-2000
Brasil	0,769
Estado de São Paulo	0,814
Jundiaí	0,857

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000.

Outro instrumento de análise, como o IPRS, apresenta índices favoráveis para o município de Jundiaí. Na edição de 2002 como em 2000, Jundiaí permaneceu no Grupo 1 do IPRS, que agrega os municípios em melhor situação de riqueza e com bons indicadores sociais. Seus níveis de riqueza, longevidade e, especialmente, escolaridade superam as respectivas médias estaduais. Houve avanços nos aspectos sociais, enquanto em riqueza houve retração do indicador sintético, acompanhando a tendência do conjunto dos municípios paulistas.

Quadro 7 - Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

Ano	2000	2002
Riqueza	28 ^a	26 ^a
Longevidade	293 ^a	218 ^a
Escolaridade	161 ^a	57 ^a

Fonte: SEADE, 2005

No tocante à riqueza, no período analisado, houve retração do consumo de energia elétrica, principalmente nas residências, e redução do rendimento médio do emprego formal. Acompanhando tendência estadual, o indicador sintético diminuiu, mas ainda permaneceu acima da média do Estado.

A redução das taxas de mortalidade que compõem a dimensão longevidade do IPRS explica o bom desempenho do município. Com incremento de três pontos no indicador sintético, Jundiaí permaneceu acima da média do Estado e ganhou várias posições no ranking do Estado.

No tocante à escolaridade, o expressivo aumento do indicador sintético, que se apresenta bem acima da média do Estado, atesta o bom desempenho do município na dimensão escolaridade. Destacam-se os acréscimos na proporção de jovens que concluíram o ensino fundamental e no acesso à pré-escola. Assim, o município ganhou mais de 100 posições no ranking.

Figura 5 – Biblioteca Municipal



Jundiaí manteve-se praticamente estável no ranking da dimensão riqueza, uma vez que seu indicador sintético diminuiu no mesmo ritmo que o conjunto do Estado. Houve ganho de muitas posições nos rankings de escolaridade e de longevidade. Ressalte-se a classificação do município entre os 60 melhores do Estado nas dimensões riqueza e escolaridade.

Um dos maiores problemas, bem como uma das ações mais importantes para a melhoria da saúde pública é sem dúvida o saneamento básico. Porém poucas cidades no mundo coletam, tratam e reciclam seus esgotos. No Brasil pouco mais da metade das cidades chegam a ter rede de esgoto. Isso significa que grande parte das moradias do País despeja seus esgotos em rios, lagos e praias, sem tratamento.

A cidade de Jundiaí coleta cerca de 95% de todo o esgoto produzido, e 100% do esgoto coletado é tratado e reciclado, tornando a cidade referência nesse setor, no Hemisfério Sul. A

Estação de Tratamento de Esgoto de Jundiá trata os esgotos domésticos, comerciais e industriais com o objetivo de retornar o efluente ao rio, sem causar danos à natureza.

Jundiá tem recebido vários prêmios pela qualidade de sua merenda escolar. Parte substancial da merenda é produzida pelo programa denominado Vale Verde, onde são cultivados legumes e hortaliças organicamente, isto é, com adubos naturais, e livres de agrotóxicos. A cidade fornece alimentação a 35 mil crianças por dia.

Na área de segurança, a Guarda Municipal de Jundiá mantém um Grupo de Vigilantes Florestais, coordenados por um subinspetor, que conta com 22 homens prestando serviços na Serra do Japi. O grupo florestal mantém uma fiscalização intensa, coibindo ação de caçadores e agindo no combate aos incêndios florestais. Utiliza para o patrulhamento quatro carros próprios para o terreno e um helicóptero e trabalha em parceria com a Polícia Florestal.

Destaca-se hoje o forte desenvolvimento na área cultural, educacional, tecnológica, turística e ambiental da região, sendo a Serra do Japi um patrimônio histórico de toda a sociedade. Na área de lazer, a chegada dos parques temáticos produz uma clara modificação neste setor, com a criação de inúmeros empregos.

Os índices de saúde, juntamente com os de educação e os relativos à infra-estrutura urbana são fundamentais para a verificação do nível de qualidade de vida oferecido por uma cidade.

Os dados sobre mortalidade infantil são considerados um dos principais indicadores da qualidade de vida em um município. Eles revelam, entre outros aspectos, o nível de imunização da população, a disponibilidade de serviços de saúde, o padrão de alimentação, as condições de saneamento básico, além da saúde nutricional e o conhecimento das mães sobre a sua própria saúde e a da criança. Há cerca de duas décadas, a taxa de mortalidade no Brasil era absurda: 60 a cada mil crianças nascidas morriam antes de completarem um ano de vida. Na década de 1990, esta taxa girou em torno de 34,6 para cada mil nascidos vivos. O Censo do IBGE 2000 apontou uma nova redução: 29,6. Há, quanto à mortalidade infantil, uma grande variação regional: no Nordeste, a taxa é de 44,2 por mil; na Região Norte, 29,2; 21,2 na Região Centro Oeste; 20,6 no Sudeste e 19,7 na Região Sul.

No tocante a mortalidade infantil, Jundiaí tem evoluído bastante, sendo que o índice tem caído significativamente. No ano de 1995 o índice era de 18,6 por mil, baixando para 15,9 por mil no ano de 2000 e na última pesquisa da SEADE em 2004, apresenta o índice de 12,4 por mil.

Quadro 8 - Dados de Saúde de Jundiaí

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2005	14,48	15,28	15,50
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2005	50,84	52,94	53,86
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2005	12,57	10,89	13,44
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2004	14,24	14,44	16,50
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes)	2004	143,34	145,53	152,66
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes)	2004	3.860,81	3.905,51	3.960,17
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2004	6,25	7,19	7,76
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-natal (Em %)	2004	87,37	82,74	72,61
Partos Cesáreos (Em %)	2004	50,76	48,18	52,48
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2004	9,30	8,71	9,07
Gestações Pré-termo (Em %)	2004	9,03	8,09	7,67
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2003	1,10	1,01	1,97

Fonte: SEADE, 2005

No tocante à Educação, a taxa de analfabetismo, média de anos de estudos dentre outros, a cidade de Jundiaí também apresenta índices satisfatórios, todos eles favoráveis quando comparados com a região de governo e do Estado de São Paulo.

Quadro 9 - Dados da Educação de Jundiaí

Educação	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	5,01	6,32	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	8,02	7,35	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	52,70	59,17	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	45,47	38,39	41,88

Fonte: SEADE, 2005

4.3 Serviços de infra-estrutura urbana

No passado, a obtenção de água para abastecimento da população era uma tarefa bastante difícil. As pessoas precisavam se locomover até os rios ou bicas de água. Depois, no século XIX, surgiram os chafarizes públicos nos quais as torneiras, geralmente, eram abastecidas pela própria ação da gravidade das águas. Além disso, para conseguir água potável, os moradores perfuravam poços nos quintais das próprias residências. Quanto ao esgoto, era depositado em fossas ou levado das ruas pela água das chuvas.

O primeiro reservatório de distribuição em Jundiaí foi inaugurado em 1899, no bairro do Anhangabaú. A água canalizada vinha da Serra do Japi e era utilizada, principalmente, pelas indústrias. Só mais tarde passou a ser usada também pelas residências. Já nos primeiros anos do século XX, o abastecimento de água se expandiu, serviço que era feito por uma empresa particular. Em 1910, essa empresa foi encampada pelo poder público. Décadas à frente, nos anos 1940 e 1950, os mananciais de água do Rio Jundiaí-Mirim passaram a ser utilizados. Atualmente, o abastecimento de água atende a 100% da população urbana, com consumo médio por habitante de 235,8 litros por dia (JUNDIAÍ, 2005).

Figura 6 – DAE - Abastecimento de água em Jundiaí



Em Jundiaí, o esgoto é tratado na ETE – Estação de Tratamento de Esgotos – localizado no Bairro Novo Horizonte, em lagoas aeradas seguidas de lagoas de decantação. A eficiência deste processo gira em torno de 93%. O lodo resultante, devidamente tratado, pode ser utilizado como adubo. Atualmente a população atendida pelos serviços de esgotamento sanitário é de 95,08% (SEADE, 2005).

A Estação de Tratamento de Esgotos de Jundiaí foi inaugurada em 1998, possui duas lagoas de aeração e quatro de decantação. Foi a primeira no Brasil a utilizar ar difuso em lagoas com difusores flutuantes de membrana. É um sistema moderno e robusto que não emite aerossóis, respeitando a população vizinha.

Figura 7 – Estação de Tratamento de Esgoto de Jundiaí



Apesar de Jundiaí ter cerca de 340 mil habitantes, toda essa estrutura de saneamento também atende um grande parque industrial, totalizando uma carga equivalente a uma população de 1 milhão de habitantes em termos de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio de 5 dias), chegando a 60 toneladas de DBO/dia.

Em Jundiaí, são produzidas, aproximadamente, 300 toneladas de lixo por dia. A maior parte deste lixo tem como destino um Aterro Sanitário adequado, licenciado pela CETESB. Embora sejam adequados, os Aterros Sanitários também causam problemas: seus custos são elevados, sua vida útil é curta e eles exigem o sacrifício de uma área, cada vez mais difícil de encontrar.

O lixo hospitalar, pelos seus riscos, é encaminhado para tratamento final, podendo ser através de incineração e outros. Uma das alternativas implantadas no município para melhor equacionamento do problema do lixo foi a criação do “Armazém da Natureza”, um programa de coleta seletiva de lixos recicláveis. Esta coleta é realizada em toda a zona urbana da cidade e o lixo recolhido é encaminhado para o “Centro de Triagem”, localizado no Distrito Industrial. Neste local, os vários materiais recicláveis – plástico, papel, alumínio, vidro – são separados e organizados para posterior comercialização. Deste modo, aquilo que era lixo se transforma novamente em “valor”.

Na área de transportes, Jundiáí conta com um Sistema Integrado de Transporte Urbano (SITU) que funciona como um metrô de superfície, interligando terminais de ônibus localizados em bairros estratégicos, onde o usuário paga apenas uma única passagem, tornando assim a viagem mais rápida e barata. Esse sistema de transporte urbano tem a disposição uma frota de 263 ônibus, e já foram inaugurados seis terminais, faltando apenas o Terminal Bandeira e a nova Estação Rodoviária Intermunicipal, em construção.

O Plano Diretor, Lei Complementar nº 415, de 29 de dezembro de 2004, é o instrumento básico, estratégico e global de gestão urbana, que orienta a realização das ações públicas e privadas na esfera municipal. Ele abrange a totalidade do território de Jundiáí, e estabelece diretrizes e ações para a transformação positiva da cidade, por meio das políticas de desenvolvimento urbano e inserção regional; política urbanística e ambiental; e política econômica e social. Com base nos princípios estabelecidos pela Lei Federal 10.257, de 10 e julho de 2001, o Estatuto da Cidade, seu objetivo é propiciar o pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, através do adequado ordenamento territorial, de forma a garantir o bem-estar de seus habitantes, a justiça social e a preservação ambiental.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, foi elaborada a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo ou Lei de Zoneamento, Lei Complementar nº 416, de 29 de dezembro de 2004, para promover a equilibrada distribuição de habitações e atividades econômicas no Município, a proteção do patrimônio ambiental natural e construído, e a hierarquização do sistema viário da cidade. O território do Município passa a ser dividido em cinco zonas rurais e nove zonas urbanas, atravessadas pelo corredores viários ao longo de rodovias ou grandes eixos da cidade, destinados à implantação de atividades comerciais e de

serviços que, por seu porte ou natureza, exijam confinamento ou sejam geradoras de tráfego pesado ou intenso.

Jundiaí é uma APA (Área de Proteção Ambiental). As APA's são áreas geralmente extensas, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais. As APAS foram criadas pelas leis estaduais 4.095/84 (APA Jundiaí) e 4.023/84 (APA Cabreúva) e regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 43.284/98. Trata-se de uma modalidade de “unidade de conservação ambiental” que pretende ajudar na proteção da Serra do Japi, dos mananciais do Rio Jundiaí-Mirim, dos ribeirões Piraí, Cabreúva e Caxambu e das nascentes do Rio Capivari. No decreto que regulamenta a APA, foram estabelecidas quatro zonas ambientais:

Zona de Vida Silvestre: compreende as florestas e as demais formas de vegetação naturais e as Áreas de Preservação Permanente definidas no Código florestal. Nesta zona são proibidas a instalação e ampliação de atividades, obras e empreendimentos, exceto aquelas de interesse social, visando melhorar as condições de saúde pública;

Zona de Conservação de Vida Silvestre: é destinada á conservação da Mata Atlântica, da vegetação rupestre e da biota nativa, garantindo a manutenção e a reprodução das espécies e a proteção do *habitat* de espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção;

Zona de Conservação Hídrica: abrange as bacias do Rio Jundiaí-Mirim, os ribeirões Caxambu e as nascentes do Rio Capivari, no município de Jundiaí e, no município de Cabreúva, os ribeirões Cabreúva e Piraí. Nesta zona é admissível a execução de empreendimentos, obras e atividades, desde que não prejudique a quantidade e qualidade dos recursos hídricos a serem utilizados para abastecimento público;

Zona de restrição moderada: corresponde às áreas urbanizadas dos municípios, bem como as zonas de expansão e áreas não abrangidas pelas demais zonas. São permitidas, nesta zona, todas as atividades, obras e empreendimentos, assim como a ampliação daquelas já existentes, de acordo com a legislação vigente.

Com a finalidade de incentivar a preservação da natureza, Jundiaí possui projetos e programas de educação e proteção ambiental como o de preservação da Serra do Japi, o Armazém da Natureza, o Delícia de Reciclagem e o Jardim Botânico.

O Projeto Armazém da Natureza é composto por dois programas: coleta seletiva de lixo e cata-treco. Na coleta seletiva são recolhidos materiais recicláveis como papel, papelão, vidro, plásticos e tudo o que possa ser reaproveitado para separação e destinação às empresas de reciclagem. No cata-treco são coletados materiais volumosos como madeira, sofás, pias, tanques, armários e pneus, cuja destinação final poderá ser uma empresa beneficiadora, o aterro de inertes ou o transbordo para descarte.

Figura 8 – Coleta Seletiva de Lixo (Armazém da Natureza)



Delícia de reciclagem é um programa instituído a fim de solucionar problemas existentes em núcleos de sub-moradia, tais como acúmulo de resíduos dentro das casas; acúmulo de resíduos na beira de córregos; obstrução de bueiros; criação de vetores transmissores de doenças. Tem como proposta conscientizar os moradores quanto à necessidade de reciclagem, com recolhimento de materiais utilizando-se a estratégia de troca dos mesmos por gêneros alimentícios frescos, que são produzidos por duas hortas mantidas pela prefeitura do município.

O Jardim Botânico, localizado no entorno do paço municipal, tem por objetivo, principalmente, o estudo da vegetação existente na Serra do Japi, último reduto de mata

atlântica no interior paulista. O projeto dispõe de infra-estrutura e atrações variadas como jardins temáticos, trilhas e cachoeiras.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

As entrevistas com os sujeitos da pesquisa deste estudo, foram analisadas e interpretadas com base na análise de conteúdo, ou seja, desenvolveu-se em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação. Na fase da pré-análise foram levantados documentos e literaturas referentes à cidade de Jundiaí, seguido da seleção dos textos que abordavam desenvolvimento e sustentabilidade. A segunda fase, ou seja, a exploração do material, se deu pela classificação dos assuntos que abordavam os conceitos e informações que agregariam conteúdo à dissertação. Na terceira fase, o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, objetivaram tornar os dados válidos e significativos. À medida que as informações obtidas nas entrevistas foram confrontadas e comparadas com informações já existentes, chegou-se a generalizações, que estão apresentadas a seguir.

Procurou-se não destacar as respostas por grupo de respondentes, visto que em muitos casos, as respostas foram repetitivas.

Para facilitar a leitura e compreensão do âmago das declarações, as respostas foram agrupadas e estão reunidas em quatro grandes tópicos:

- ? Desenvolvimento econômico de Jundiaí no período de 1995 a 2005.
- ? Ações baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável desenvolvidas em Jundiaí.
- ? Caracterização das empresas quanto à preocupação com o meio ambiente.
- ? Caracterização das ações que conciliaram desenvolvimento e sustentabilidade.

5.1 Desenvolvimento econômico de Jundiaí no período de 1995 a 2005

A fim de melhor explicitar o desenvolvimento de Jundiaí nesse período, julgou-se propício englobar uma série de questionamentos para a exploração do assunto, tais como:

- ? caracterização do processo de crescimento de Jundiaí, envolvendo os motivos pelos quais as empresas se instalaram na cidade;
- ? avaliação do crescimento empresarial e quais ações da administração local que propiciaram o interesse das empresas se instalarem em Jundiaí.

Quanto a esse tópico, os entrevistados convergem em muitas citações que serão apresentadas de maneira globalizada.

Jundiaí é uma cidade que historicamente teria alguns problemas com seu crescimento, principalmente por se encontrar entre as cidades de São Paulo e Campinas – dois pólos de atração.

Um pouco antes da “globalização”, Jundiaí encontrava-se em uma situação complicada, pois São Paulo crescia, Campinas crescia e Jundiaí ficava estagnada (em se tratando de crescimento econômico).

No final da década de 1950 e início da década de 1960, quando começou o processo de industrialização no país, com a indústria automobilística, houve um “boom” (desenvolvimento explosivo), onde Jundiaí tentou participar, mas não conseguiu. Em crescimento/desenvolvimento perdeu para a região do ABC e Campinas, portanto a cidade ficou muito pequena, contudo a médio prazo, Jundiaí não tendo um crescimento explosivo como essas cidades tiveram conseguiu manter uma característica de cidade pequena. Seu crescimento não foi em uma velocidade que trouxesse problemas relacionados à estrutura da cidade, sob o aspecto de sustentabilidade/qualidade de vida.

Jundiaí é conhecida, já de longa data, como uma cidade de tradição industrial. Conforme se pode verificar no Quadro 10, obtida a partir do banco de dados da Fundação SEADE, extraída dos levantamentos do IBGE sobre o Produto Interno bruto dos Municípios. Esta vocação tem se acentuado desde 1999 (início dos levantamentos), tendo a participação da indústria no Valor Adicionado passado de 49,67%, naquele ano, para 54,72% em 2004, em crescimento virtualmente contínuo, exceto pelos dados de 2000 que, fora da curva, aparentemente incorporam algum erro de apuração.

O crescimento da participação da indústria no Valor Adicionado é acompanhado por uma correspondente redução da participação dos setores de Serviços e Comércio, cuja participação no VA decresceu de 49,99%, em 1999, para 44,74% em 2004. Evidentemente, o segmento de Comércio e Serviços tem crescido no Município de forma bastante visível; entretanto o crescimento da indústria, no período, foi proporcionalmente maior, ganhando portanto participação no Valor Adicionado.

Quadro 10 - Valor adicionado de Jundiaí

	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Indústria						
Participação no Total do Valor Adicionado - em %	49,67	56,35	51,56	51,65	52,82	54,72
Serviços e Comércio						
Participação no Total do Valor Adicionado - em %	49,99	43,37	47,90	47,68	46,48	44,74

Fonte: SEADE, 2004

De forma geral, observa-se um movimento de desconcentração das atividades econômicas, no Estado de São Paulo, num processo de perda de participação da Região Metropolitana no PIB estadual, em benefício do interior do Estado.

De fato, a participação da Região Metropolitana no PIB estadual passou de 54% em 2000 para 50,3% em 2004, enquanto a participação do interior do Estado cresceu de 46% para 49,7%, no mesmo período.

As razões para este tipo de fenômeno são muitas, mas, grosso modo, refletem uma busca de empresas por novas localizações no interior, interessadas em custos menores de mão de obra e de terrenos; de melhor qualidade de vida e, de forma geral, de melhores condições competitivas.

Os motivos que têm trazido empresas para Jundiaí inserem-se dentro deste movimento mais amplo, qual seja, o de privilegiar as vantagens competitivas da localização no interior do Estado. Deve-se observar que, no caso de Jundiaí, às vantagens da localização no interior deve-se somar as vantagens da extrema proximidade com a Metrópole, o que favorece em muito a distribuição da produção para aquele que é, ainda, o maior centro produtor e consumidor do país.

Reproduz-se, a seguir, documento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, apresentando informações que estão sustentadas nos depoimentos expressos nas entrevistas, onde aponta-se as principais vantagens de Jundiaí:

- ? LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA – Localização privilegiada no centro do maior mercado produtor/consumidor da América do Sul que abarca, num raio de 50 km, a Grande São Paulo, por um lado, e a região de Campinas, por outro, porta de entrada para o próspero interior do Estado mais rico e desenvolvido do País, com população de 40 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto de cerca de US\$ 200 bilhões.

- ? QUALIDADE DE VIDA – No Município junta-se o melhor de dois mundos: conforto de cidade pequena aliado à modernidade e às facilidades de uma metrópole. É conhecida como “cidade saudável”, e tem o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado de São Paulo, para cidades com mais de 200 mil habitantes, e o quarto melhor índice do Estado, entre todos os 645 municípios.

- ? LOGÍSTICA INVEJÁVEL – Jundiaí desfruta de uma das melhores malhas de transporte do Estado de São Paulo, com as melhores rodovias do Estado; proximidade com os aeroportos de Viracopos, Congonhas e Cumbica; ferrovia; e fácil acesso aos portos de Santos e São Sebastião. Os novos investimentos no rodoanel de São Paulo, ferroanel e corredor de exportação irão melhorar, nos próximos anos, a já excepcional infra-estrutura de transporte do Município.

- ? EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – Ótima qualificação da mão de obra, em todos os níveis, com a oferta de dezenas de cursos técnicos e universidades e, na região, as melhores universidades do País (USP, UNICAMP, Getúlio Vargas, etc.). No ensino médio, a cidade tem o oitavo melhor desempenho do País, e o segundo melhor desempenho no Estado de São Paulo.

- ? INFRA-ESTRUTURA DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS – Jundiaí possui amplos e modernos distritos industriais, dotados de completa infra-estrutura e localizados às margens das rodovias Anhangüera e Bandeirantes. Aproximadamente 50% das áreas ainda estão disponíveis, sendo servidas por rede de água, esgoto, gás natural, emissários coletores, energia elétrica, telecomunicações, transporte coletivo, além de ruas asfaltadas, com guias e sarjetas.

- ? PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA – O município tem o 12º PIB do Estado de São Paulo (IBGE 2004), no valor de R\$ 6,8 bilhões, e PIB *per capita* de R\$20.131,00, maior que o de todas as capitais do País, exceto Vitória-ES.
- ? COMPETITIVIDADE – Jundiaí coloca-se em sexto lugar no Índice Geral de Competitividade (IGC), entre os 55 municípios paulistas mais importantes, segundo o Instituto de Estudos Metropolitanos (IEME). Este índice é de grande importância, pois é construído a partir de 15 diferentes indicadores das áreas econômica, financeira, criminal e social.
- ? INFRA-ESTRUTURA GERAL – Levantamento da Revista Exame/Simonsem Associados, publicado em dez/2006, sobre os municípios brasileiros campeões em infra-estrutura geral, coloca Jundiaí como o quinto melhor município paulista neste quesito, e o décimo sexto melhor do país..

O que proporciona o interesse das empresas se instalarem em Jundiaí ou em se instalarem em determinada localidade é a de que a lógica da localização empresarial leva em conta, principalmente, o que poderíamos chamar de competitividade sistêmica local ou municipal. Esta condição, leva em conta, além da qualidade da infra-estrutura geral (proximidade de rodovias, portos, aeroportos, mercados fornecedores e consumidores, distritos industriais, etc.) também aspectos relacionados à qualidade da educação geral e profissionalizante, à qualidade da saúde, do saneamento, da segurança pública, etc., refletindo-se estes últimos fatores nos indicadores de qualidade de vida.

A partir deste entendimento, podemos dizer que as administrações municipais de Jundiaí, notadamente nos últimos vinte anos, têm procurado investir naqueles elementos, acima mencionados, que contribuem para qualificar o Município como um endereço de alta competitividade sistêmica e, portanto, apto a atrair investimentos e a dar sustentação às necessidades de desenvolvimento local.

A economia de Jundiaí tem crescido de forma bastante satisfatória. O Quadro 11, referente à Jundiaí e gerada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, mostra que o Valor Adicionado do Município variou, em termos nominais, em 232,56% entre 1995 e 2005. Se considerarmos que no período o IPCA teve variação de 103,75%, obteremos que o VA municipal cresceu, no período, em termos reais, 63,22%, ou 5,02% ao ano.

É possível entender, ainda, que esta taxa anual de crescimento do VA municipal foi maior do que a taxa observada no Estado como um todo, de modo que o Índice de Participação do Município – IPM passou de 1,37% em 1995 para 1,44% em 2005.

Quadro 11 – Valor adicionado de Jundiaí 1995 a 2005

Ano Base	Valor Adicionado (R\$) *	População	Receita Tributária Própria (R\$)*	Área Cultivada (ha)	Área Inundada (km2)	Área Preservação (índice) *	Índice Percentual de Participação *
2005	7.429.698.022	323.397	120.267.437	17.801,50	-	0,556072	1,44039333
2004	6.760.659.229	323.397	105.251.823	16.415,90	-	0,550619	1,38434368
2003	5.200.305.595	323.397	83.071.003	16.415,90	-	0,553824	1,32047930
2002	4.747.181.188	323.397	75.326.359	16.415,90	-	0,549318	1,30139632
2001	4.066.025.134	323.397	60.437.190	16.415,90	-	0,561007	1,25910996
2000	3.408.758.700	322.798	51.388.046	16.415,90	-	0,569228	1,31929471
1999	3.243.065.969	289.269	44.343.632	16.396,50	-	0,591040	1,41572984
1998	3.051.811.494	289.269	42.175.325	16.396,50	-	0,590520	1,45451805
1997	3.035.007.200	288.644	30.527.417	16.396,50	-	0,680585	1,45337335
1996	2.757.305.892	288.644	27.323.338	17.857,97	-	0,612408	1,41691628
1995	2.234.063.730	288.644	25.063.320	16.804,97	-	4.500,00	1,37227185
1994	1.813.481.408	288.644	13.173.142	16.814,97	-	4.320,00	1,32026904
1993	167.088.999.979	288.644	756.538.073	17.148,00	-	4.320,00	1,30730935

Fonte: Secretaria de Negócios do Estado da Fazenda, 2005

Uma grande vantagem de Jundiaí é a proximidade com a cidade de São Paulo e conseqüentemente de estar próxima da maior aglomeração urbana da América do Sul e, por extensão, de seu maior mercado produtor e consumidor. Para empresas instaladas em Jundiaí a vantagem é dupla: tanto no abastecimento de peças, componentes e matérias primas, como na venda da produção final porque, em ambos os casos, o custo logístico é diminuído em função da proximidade geográfica.

Entretanto, a localização geográfica de Jundiaí torna-se importante não apenas pela proximidade com a Região Metropolitana, entendida como grande centro produtor e consumidor. É importante, na verdade, por um conjunto maior de fatores, dentre os quais: a relativa proximidade com o porto de Santos, cujo trânsito deverá ser facilitado no futuro próximo com as obras do trecho sul do rodovial de São Paulo; a proximidade com os aeroportos de Viracopos, Congonhas e Cumbica (Guarulhos); a proximidade com algumas das principais universidades do país, como USP e Unicamp; etc. Portanto a importância da localização de Jundiaí extrapola a questão da proximidade com a Região Metropolitana, mas deve ser analisada em escala mais ampla, considerando sua localização dentro da porção mais desenvolvida, em todos os sentidos, do Estado de São Paulo.

Contudo, algumas perspectivas isoladas são pontuadas pelos entrevistados, tais como:

- ? o crescimento está ligado à participação ativa da iniciativa privada;
- ? a sensibilidade do poder público em atender a demanda, investindo em uma visão estratégica da cidade a longo prazo (tendência logística);
- ? o crescimento foi grande, porém somente no sentido de atualização e não de inovação, visto que faltam muitos serviços para serem oferecidos em Jundiaí.

5.2 Ações baseadas no conceito de sustentabilidade

Para o levantamento das ações baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável desenvolvidas em Jundiaí, julgou-se propício englobar uma série de questionamentos para a exploração do assunto, tais como:

- ? levantamento das maiores preocupações com o meio-ambiente (lixo, água, solo, superpopulação, alimentos contaminados e etc.);
- ? levantamento das ações implementadas para a conscientização do conceito de sustentabilidade.

Quanto a esse tópico, os entrevistados convergem em muitas citações, fazendo com que os dados primários confluem com os dados secundários.

A cidade de Jundiaí está dividida em três segmentos: zona rural produtiva/mananciais, zona urbana/zona de expansão urbana e Serra do Japi (leis rígidas para sua preservação). Toda política é para manter essas três zonas protegidas. Se essas ações forem concretizadas, a cidade estará mantendo uma política de sustentabilidade, tendo como principal ação política promover a ocupação urbana consolidada como forma de minimizar a pressão sobre as áreas a serem preservadas, diminuindo o custo do desenvolvimento.

Segundo os entrevistados, várias ações foram feitas com foco no conceito de sustentabilidade: garantia de água para os próximos 20 anos; coleta seletiva do lixo (projeto denominado Armazém da Natureza) bem como a conscientização sobre o assunto; tratamento de esgoto; Código de proteção – Serra do Japi: fiscalização e preservação da Serra; fiscalizações em relação aos mananciais.

A prefeitura elaborou uma política de gerenciamento de resíduos sólidos. Esse procedimento consiste em reaproveitar restos, entulhos de cerâmica, louça (esse tipo de entulho reduz a vida útil do aterro) para pavimentação, drenagem de água e manutenção de ruas (assim o entulho não vai para o aterro sanitário). Com essa ação, a prefeitura reduz o custo da compra do material necessário para os procedimentos citados.

Um dos pontos levantado pelos entrevistados foi o trabalho de urbanização e paisagismo, dando origem a diversas praças e parques. Um dos mais importantes foi a criação do Parque da Cidade com dois objetivos principais: lazer para a população e ocupação do entorno da represa, impedindo ocupações indesejáveis e prejudiciais.

A Prefeitura Municipal atua de forma preventiva, na fase de constituição da empresa, e os casos de descumprimento das normas ambientais são raros.

Pode-se dizer que existe colaboração entre as empresas e a administração local, no sentido de que as empresas que aqui se instalam submetem-se à legislação geral do Município, incluindo a legislação ambiental.

Em maior ou menor grau, todos os municípios procuram incentivar a instalação das empresas na cidade, dada a importância do desenvolvimento econômico para as finanças municipais, a geração de empregos e de renda. Em Jundiaí não é diferente, a administração municipal procura implementar a competitividade sistêmica do Município, investindo tanto em obras físicas como nos aspectos gerais relacionados à qualidade de vida.

São desenvolvidas, além disso, ações específicas de fomento ao empreendedorismo, como a oferta de microcrédito para micro e pequenas empresas, a juros subsidiados, através do Banco do Povo Paulista de Jundiaí; a manutenção do PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador, que procura fazer a ligação entre os cadastrados à procura de emprego e a demanda coletada junto às empresas da região; a manutenção, em convênio com a FIESP e o SEBRAE, da Incubadora de Empresas de Jundiaí, destinada a abrigar e dar suporte a empresas promissoras em estágio inicial.

Deve-se ressaltar também, como ação relevante, a criação, em 2006, do Balcão do Empreendedor, com o objetivo de desburocratizar e agilizar os procedimentos para a

constituição de empresas no Município, criando inclusive uma página na internet com informações e procedimentos on line para a obtenção do Alvará de Funcionamento.

A Lei Complementar 416, de 29 de dezembro de 2004, também conhecida como Lei de Zoneamento ou Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, veda a instalação, no Município, de “indústrias de grande impacto ambiental ou perigosas – estabelecimentos que envolvam a fabricação de materiais explosivos e/ou tóxicos, tais como: pólvora, álcool, cloro e derivados, petróleo, soda cáustica e derivados, cimento-amianto e similares”.

Voltando ao tema, o principal benefício é desfrutar de toda a infra-estrutura econômica/de negócios/de mercados a que se dá o nome de competitividade sistêmica. Na verdade, essa é de fato a questão relevante para o empresário. Em outras palavras, dispor de um ambiente global de negócios que facilite e possibilite o crescimento dos negócios e da empresa, sem esquecer do meio ambiente.

Contudo, surgiram pareceres que apresentam algumas considerações ou sugestões, tais como:

- ? a população não contribui muito com a reciclagem;
- ? falta um trabalho de marketing por parte da administração local e também de outros setores da sociedade visando criar uma cultura para aprender a reciclar.

5.3 Caracterização das empresas quanto à preocupação com o meio-ambiente

A fim de caracterizar as empresas quanto à preocupação com o meio ambiente, julgou-se propício não só considerar a perspectiva dos entrevistados, como também a do órgão competente sobre o assunto, qual seja, a CETESB.

De forma geral, as empresas instaladas no Município atendem à legislação ambiental, até porque no processo de licenciamento da atividade (constituição legal da empresa – obtenção do Alvará) é exigida a Certidão de Uso do Solo, emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, que deve atestar que a atividade pretendida é compatível com as diretrizes de uso e ocupação do solo. Se a atividade for industrial, o interessado deve providenciar também Certidão da Cetesb, que atesta o cumprimento das normas ambientais, bem como manifestação do DAE S/A, que é a empresa municipal responsável pelo sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Segundo a CETESB, as empresas localizadas nos distritos industriais não apresentam grandes problemas, entretanto, as mais antigas e as pequenas empresas (industriais e de serviços), que ocupam terrenos próximos aos bairros residenciais, apresentam mais conflitos.

A situação de empresas frente à legislação ambiental, possui uma dinâmica própria. Pode-se perceber em quase a totalidade dos casos a preocupação em atender à legislação, entretanto, a própria dinâmica de determinadas empresas, acarreta em deslizamentos operacionais que provocam situações de poluição ambiental. Há também um certo grau de ignorância sobre questões de uso e ocupação do solo que resulta em conflitos de vizinhança, principalmente envolvendo estabelecimentos de pequeno porte.

Como destacado pela CETESB, as maiores preocupações estão relacionadas à proteção da área de mananciais e da Serra do Japi, que são patrimônios naturais importantíssimos e que em caso de deterioração, não comportam reversão.

Os projetos voltados à aplicação de tecnologias mais sustentáveis são sempre de iniciativa das empresas, visto que a administração local não oferece benefícios fiscais para a compra de equipamentos de energias renováveis e/ou subsídios às empresas para investimentos ambientais. Em alguns casos, como o de crédito de carbono, o empreendedor pode se beneficiar de recursos de fundos internacionais, com ações ambientais positivas para o meio ambiente.

Vale lembrar que a cidade de Jundiaí tem interesse em receber empresas, e investe para que a cidade se torne cada vez mais competitiva na atração de bons empreendimentos, não colocando barreiras ou obstáculos para a instalação de empresas, porém o parque industrial não aceita o estabelecimento de empresas poluidoras, como já citado anteriormente.

5.4 Caracterizar ações que conciliaram desenvolvimento e sustentabilidade

Este tópico procura responder à pergunta-problema: De que modo o planejamento e a gestão das políticas públicas buscaram conciliar os objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade em Jundiaí no período de 1995 a 2005?

A administração de Jundiaí tem trabalhado na busca do desenvolvimento econômico confluindo com a busca da preservação do meio ambiente, procurando desta forma atingir os objetivos contidos no conceito de desenvolvimento sustentável definido como aquele que "satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" apresentado pela ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, ao presidir a Comissão Mundial de Meio Ambiente.

O objetivo das recentes administrações municipais em Jundiaí foi aliar desenvolvimento econômico à qualidade de vida. Nos últimos anos, Jundiaí foi marcado por investimentos maciços em infra-estrutura. Abastecimento de água, saneamento básico, educação, transporte, habitação de qualidade, conquista de novos postos de trabalho e incentivos à área social foram frentes amplamente trabalhadas.

A qualidade de vida em Jundiaí é mantida por vários fatores, dentre eles, a grande arrecadação de R\$ 700 milhões por ano, que colocam o orçamento *per capita* entre um dos maiores do país. É por esse motivo, ou é através desse motivo que a administração local consegue manter uma estrutura educacional, saúde, transporte, saneamento básico etc. À medida que o município ganha receita, ganha também a capacidade de investimento do poder público, resultando na maior capacidade para manter os serviços.

Nos últimos anos, uma das ações que mais receberam recursos foi o saneamento básico, considerado hoje, um dos maiores problemas de nosso planeta. Atualmente a cidade de Jundiaí coleta cerca de 96% de todo o esgoto produzido e 100% do esgoto coletado é tratado e reciclado; tornando a cidade referência nesse setor. Vale lembrar que investir em saneamento básico é investir em saúde da população.

No setor de habitação a prefeitura tem extinguido núcleos de favelas, substituindo por unidades habitacionais de alvenaria, servidas por creches e escolas.

Essas iniciativas da administração local têm criado maior apego do cidadão pela cidade, desistindo da migração e passando a pensar em soluções para sua comunidade, para a sociedade, para o meio ambiente. Esse é um processo de desenvolvimento que se apresenta como modelo socioeconômico totalmente ligado à questão da solução social, que é tão importante quanto a solução econômica e culmina no desenvolvimento sustentável.

No plano diretor desenvolvido em gestões municipais anteriores e que foi aprovado em 2004, se encontram os principais desafios que o município irá enfrentar nos próximos anos. Dentre eles está prevista a elaboração de um planejamento estratégico, visando o crescimento urbano sustentável.

A preservação do patrimônio ambiental natural com relação a Serra do Japi, aos mananciais e à zona rural ganhará cada vez mais destaque, sendo que a criação do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Jundiaí, que é mais uma das propostas do Plano, será um dos mecanismos para garantir a preservação do meio ambiente. Esse órgão trabalhará com os processos de criação, elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas municipais.

A iniciativa privada pode ajudar muito na questão de buscar alternativas para conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, visto que os próprios consumidores começam a recusar produtos não comprometidos com a questão da sustentabilidade, e esse movimento tende a crescer. As empresas já percebem essa tendência, e têm todo o interesse em demonstrar comprometimento com a causa, sob risco de serem penalizadas com perda de mercado/redução de market share.

Diante das iniciativas desenvolvidas em Jundiaí, pode-se verificar que é possível conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade, mas os limites são muito difíceis de serem determinados. Essa questão tem que ser muito discutida com a sociedade em geral, pois a participação dela nessa definição é muito importante.

A idéia de planejar uma cidade e ela seguir o curso planejado é absolutamente insustentável. A cidade tem uma dinâmica própria e muitas vezes segue caminhos não previsíveis. Muitas vezes, o esforço de atingir determinados objetivos podem ser frustrados por problemas que ultrapassam o espaço territorial do município.

Como exemplo, pode-se citar que, uma das grandes preocupações de Jundiaí e região são as elevadas concentrações de ozônio em determinados momentos. Como esse poluente é secundário, ou seja, sua formação ocorre na atmosfera através de reações fotoquímicas, suspeita-se que os poluentes primários possam estar vindo da região metropolitana de São Paulo, mas é apenas uma especulação, pois ainda não existe diagnóstico do problema, que de certa forma vem ocorrendo em todas áreas de urbanização intensa no Estado de São Paulo.

De qualquer forma, é razoável pensarmos na possibilidade de interferência de fontes de poluição em mais de um município, pois os meios receptores ambientais (seja pela água ou pelo ar, por exemplo) não respeitam limites territoriais estabelecidos pelo homem, sendo que há inclusive o impacto global para determinados poluentes, que estão na pauta de discussão do momento em razão do aquecimento do planeta.

A Elekeiroz, localizada em Várzea Paulista, é a empresa com maior potencialidade de interferência na qualidade do ar de Jundiaí. Com relação às águas, existe o grande impacto provocado pelo lançamento de esgotos domésticos no rio Jundiaí, provenientes dos municípios de Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista, que não efetuam qualquer tratamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era apresentar de que modo o planejamento e a gestão de uma cidade podem conciliar desenvolvimento e sustentabilidade urbana, à luz dos conceitos do desenvolvimento sustentável. Foram apresentadas ações desenvolvidas na cidade de Jundiaí que sugerem uma mudança de paradigma no sentido de caminhar para uma sociedade sustentável, visto que o atual modelo de desenvolvimento, sustentado no intenso consumo e desperdício de recursos naturais e de energia comprometem as gerações futuras.

A gestão pública e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável são de fundamental importância para conduzir o processo de gerenciamento das cidades, desde que, baseadas na gestão democrática e integradas com as políticas das demais instâncias com foco para a qualidade de vida dos assentamentos humanos conjugadas com desenvolvimento e sustentabilidade.

É possível constatar que Jundiaí concilia desenvolvimento e sustentabilidade, sendo que esse avanço foi fortalecido por uma política que busca a parceria entre o poder público e a população, sem a qual todas as ações seriam inóspitas.

Esta realidade mais participativa enfatiza a necessidade de uma educação ambiental sistemática, dentro e fora da escola, como garantia de um ambiente saudável para as gerações de hoje e para as gerações futuras.

Esse avanço ocorrido nos últimos anos pode ser constatado com diversos programas com foco no conceito de sustentabilidade em andamento. A cidade apresenta um programa de coleta seletiva de lixo - o "Armazém da Natureza" - implantado desde 1997 e considerado um modelo nacional que, a cada dia, consegue mais adeptos. De uma forma simples, separando o lixo seco reciclável (papel, plástico, vidro, latas, entre outros) do lixo úmido (restos de alimentos, por exemplo), a população da cidade vem demonstrando sua preocupação com o meio ambiente. Para incentivar este processo foram criados programas de educação ambiental bastante consistentes: equipes percorrem periodicamente as ruas da cidade distribuindo folhetos informativos e reúnem-se com alunos de escolas públicas e particulares, de todos os níveis de ensino, explicando os benefícios da reciclagem. Do mesmo modo, um número cada

vez maior de condomínios participa do programa e várias são as empresas em busca de informações sobre reciclagem.

Essas iniciativas não se limitam à questão do lixo, a Serra do Japi, patrimônio natural, possui toda uma legislação municipal - além daquela pertinente aos níveis federal e estadual da administração pública - que visa sua proteção. Vale destacar também o comitê de despoluição do Rio Jundiáí, bem como o tratamento do esgoto que atinge a marca de 100% de todo o esgoto coletado, marca essa que é referência mundial.

Diversos outros aspectos podem ser destacados, como o programa de arborização urbana e os índices expressivamente satisfatórios relativos à saúde, educação, programas de inclusão social de parcelas menos favorecidas, dentre outros, que são fundamentais para a conquista de qualidade de vida.

A cidade é abastecida por água tratada (98%); a taxa de mortalidade infantil só fez diminuir desde a década de 1980. Esse avanço é importante, pois indica o nível de imunização da população, a disponibilidade dos serviços de saúde, o padrão de alimentação, as condições de saneamento básico, entre outras melhorias. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0.857, o que coloca a cidade em condições muito positivas quando comparado à média das cidades brasileiras.

Jundiáí caminha para uma cidade ambientalmente boa para todos, porém, é claro que sempre há muito a ser feito. O reconhecimento dessas conquistas, é a garantia para a sua manutenção e para um futuro que as torne cada vez mais amplas.

O planejamento e a gestão de Jundiáí promoveram diversas ações que conciliaram desenvolvimento e sustentabilidade e proporcionam à população local uma boa qualidade de vida, porém pode-se concluir que isso foi possível devido ao baixo crescimento populacional da cidade, que propiciou um investimento em infra-estrutura suficiente para o bom atendimento das necessidades locais.

A adoção de dispositivos previstos no Plano Diretor, associada a um sistema eficaz de gestão e fiscalização do solo urbano, deverá propiciar a flexibilização dos critérios de uso do solo, a

regularização dos territórios ilegais, a ocupação dos vazios urbanos, a preservação do patrimônio natural e histórico cultural.

A melhora da qualidade da vida urbana depende da criação de políticas simultâneas, uma vez que a gestão pública não deve se restringir ao planejamento de obras e investimentos em urbanismo, mas deve ser também, e principalmente, uma política social, educacional, de geração de empregos e garantia de segurança.

Os profissionais do planejamento urbano e demais gestores públicos devem repensar a forma de gerenciar a cidade levando em consideração, além da qualidade de vida da população, a continuidade da vida para as gerações atuais e futuras.

Neste trabalho pode-se constatar que a cidade de Jundiaí tem desenvolvido programas de educação ambiental, a elaboração de projetos de intervenção urbana, política de proteção e preservação de áreas verdes e trabalha no aprimoramento permanente da gestão do espaço urbano, buscando reconhecer as vocações e tendências de expansão do município, definindo políticas que estimulem o seu desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo.

Os avanços apresentados em Jundiaí deverá definir um posicionamento para o futuro que não apenas preserve o que já foi conquistado, visto que o desenvolvimento sustentável somente será atingido a partir do momento que a cidade interaja e dialogue com a região em que ela esta inserida.

Considerando que este trabalho não foi conclusivo por tratar-se de pesquisa exploratória e qualitativa, de um caso único, encontraram-se evidências nas entrevistas com alguns dos principais atores da cidade de Jundiaí de que é possível conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, porém, esse é um trabalho que não atinge o objetivo se não for articulado com as administrações municipais limítrofes e sociedade civil e, deverá ser intensificado continuamente com uma abrangência cada vez mais ampla, até atingir a visão de planeta.

A cidade de Jundiaí possui um patrimônio natural representado por rios, matas, reservas, plantações e parques e busca conscientizar o cidadão sobre a necessidade da preservação de seus recursos naturais.

A qualidade de vida depende de crescimento econômico, e esse crescimento deve ser acompanhado de projetos de sustentabilidade, que paralelamente desencadeará um processo de mudança cultural

Este estudo espera fomentar a troca de experiências entre cidades no tocante aos conceitos de sustentabilidade e que eles estejam presentes nas políticas públicas e que o sucesso obtido em dado município seja utilizado em outras localidades, procurando mudar a realidade na busca da melhoria de qualidade de vida urbana.

Sugere-se que a temática aqui estudada faça parte de estudos mais aprofundados, para que as limitadas conclusões desta dissertação possam, eventualmente, ser ampliadas e aprofundadas.

Considerando que este trabalho apresentou várias ações da administração municipal para o desenvolvimento de uma boa infra-estrutura, visando o conceito de sustentabilidade, sugere-se para futuros estudos, pesquisas que envolvam as iniciativas empresariais em Jundiá voltadas para o conceito de sustentabilidade. Estas pesquisas apresentariam propostas ou efetiva utilização de equipamentos com tecnologia de energia renovável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas/Henri Acelrad (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO - Dados Regionais. Disponível em: < http://www.adej.org.br/dados_regionais.htm > Acesso em 30 set. 2005.

ALBUQUERQUE LLORENS, Francisco. Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política. 1 ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

ALMEIDA, Fernando. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, Júlia Falivene. Metrôpoles, cidadania e qualidade de vida. São Paulo: Moderna, 1992.

AMBIENTE BRASIL. Disponível em:

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./glossario/q.html> Acesso em 05.ago.2006.

BANCO MUNDIAL. Disponível em:

http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_artigo/1359.html Acesso em 20 mar 2007.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; VEIGA, José Eli da. Agricultura Sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

BRANCO, Samuel Murgel. O meio ambiente em debate. São Paulo: Moderna, 1997.

CAETANO, Gilberto; ASHLEY, Patricia Almeida; GIANANTI, Roberto. Responsabilidade Social e Meio Ambiente. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAIRNCROSS, Frances. Meio ambiente: custos e benefícios. São Paulo: Nobel, 1992.

CARTA CAPITAL. São Paulo: Fevereiro, ano IX, n. 227, 02/2003.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DE PAULA, Juarez. DLIS passo a passo: Como atuar na promoção do desenvolvimento local e sustentável. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental. São Paulo: Global, 1994.

DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DOWBOR, Ladislau. Articulando emprego, demanda e crescimento econômico. Disponível em: <http://dowbor.org/03circulovirt%20para%20luciano.doc> Acesso em 26 ago. 2006.

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EHLERS, Eduardo M. Determinantes da Recuperação da Mata Atlântica no Estado de São Paulo. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, USP.

FAPESP. Programa de Pesquisas em Políticas Públicas. Dinâmica Social, Qualidade Ambiental e Espaços Intra-urbanos em São Paulo: Uma Análise Socioespacial. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/relatorio_processual.pdf Acesso em 24 fev. 2007.

GIANSANTI, Roberto. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Atual, 1998.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JR.; Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 1996.

GUTBERLET, Jutta. Desenvolvimento desigual: impasses para a sustentabilidade. Pesquisas. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.

HAMMES, Valéria Sucena. O que é desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/educando/noticias/2004/jul/28/171.htm>> Acesso em: 10 nov. 2005.

HESELBEIN, Francês; GOLDSMITH, Marshall; BECKHARD, Richard. A Organização do Futuro. 5 ed. São Paulo: Futura, 2003.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Jundiaí, Perfil do Município. Jundiaí: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/Prefeitura do Município de Jundiaí: 2005. 144p., il. (Cadernos de Planejamento, vol. VII)

KLINK, Jeroen J. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idConteudo=908> Acesso em 29 abr. 2006.

MEYER-STAMER, Jörg. Por que o Desenvolvimento Econômico Local é tão difícil, e o que podemos fazer para torná-lo mais eficaz? In Análises e Propostas no. 31 da Fundação Friedrich Ebert, junho de 2004.

MORENO, Júlio. O futuro das cidades. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, A. L. C. M. Jundiaí Terra Querida. Jundiaí: Literarte, 1992.

OTT, Carla. Gestão pública e políticas urbanas para cidades sustentáveis: a ética da legislação no meio urbano aplicada às cidades com até 50.000 habitantes. Florianópolis, 2004. 196p. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

PORTER, M. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEADE. Perfil Municipal. Disponível em:

<<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/index.php>> Acesso em 20 out. 2005.

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba, um estudo de caso. Florianópolis, 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, V. 8, N. 15, P. 262, JUN. 2001

VEIGA, José Eli da. Meio ambiente & desenvolvimento. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

WORLD BANK. Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/data-query/> Acesso em 17 mar. 2007.

ANEXO A: TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS

ENTREVISTADOS	
GESTORES PÚBLICOS	JORGE YATIM ANTÔNIO FRANCISCO CARBONARI MIGUEL HADDAD
DIRIGENTES DE EMPRESAS	GÍLSON APARECIDO PICHOLI GEORGE TOMIC RUI THOMAZ DE AQUINO
LIDERANÇAS DE ASSOCIAÇÕES CIVIS	RICARDO DINIZ SÉRGIO L. F. BENEDITTI MAURICIO RAPP

PERGUNTAS	RESPOSTAS DOS GESTORES PÚBLICOS	RESPOSTAS DOS DIRIGENTES DE EMPRESAS	RESPOSTAS DE LIDERANÇAS DE ASSOCIAÇÕES
<p>1.1 Analisar o desenvolvimento econômico de Jundiaí no período de 1995 a 2005;</p> <p>1.1.1 Quais os motivos que têm trazido as empresas a se instalarem em Jundiaí?</p>	<p>1. Descentralização das atividades econômicas, no Estado de São Paulo, num processo de perda de participação da Região Metropolitana no PIB estadual, em benefício do interior.</p> <p>2. Localização estratégica entre a cidade de São Paulo e Campinas.</p> <p>3. Qualidade de vida.</p> <p>4. Pólo Logístico.</p> <p>5. Educação.</p> <p>6. Mão de obra qualificada.</p> <p>7. Infra-estrutura nos distritos industriais.</p> <p>8. Produto interno bruto e renda.</p> <p>9. Infra-estrutura geral.</p> <p>10. Malha rodoviária.</p> <p>11. Acesso à ferrovia.</p> <p>12. Parque industrial diversificado.</p> <p>13. Gás que vem da Bolívia.</p> <p>14. Bom transporte coletivo.</p> <p>15. Energia</p>	<p>1. Excelente localização entre a cidade de São Paulo e Campinas.</p> <p>2. Facilidade de acesso às rodovias.</p> <p>3. Aeroporto.</p> <p>4. Custo de moradia bem acessível.</p> <p>5. A proximidade da cidade de São Paulo – Metrôpole.</p> <p>6. Primeira cidade do interior, a parti de São Paulo, que recebe investimentos de fora.</p> <p>7. O desenvolvimento econômico de São Paulo “transborda” para as cidades limítrofes.</p> <p>8. Gestão pública correta,</p> <p>9. Participação ativa das entidades.</p>	<p>1. Logística.</p> <p>2. Aeroporto (também com transporte de executivos).</p> <p>3. Ferrovia.</p> <p>4. Localização estratégica – proximidade da cidade de São Paulo.</p> <p>5. Mão de obra qualificada disponível no município.</p> <p>6. Malha rodoviária /ferroviária</p>

<p>1.1.2 Como se caracteriza o processo de crescimento de Jundiaí?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crescimento da participação da indústria no Valor Adicionado. 2. Crescimento no segmento de Comércio e Serviços. 3. Jundiaí não teve um crescimento explosivo que a maioria das cidades teve através do processo de industrialização e por isso conseguiu manter uma característica de cidade pequena. 4. Crescimento do IDH. 5. Queda no índice de mortalidade infantil. 6. Saneamento básico satisfatório. 7. Existe um grande projeto de reflorestamento na Serra dos Cristais de responsabilidade da empresa Melhoramentos. 8. Crescimento acima da média do país e do Estado de São Paulo, mantendo a qualidade de vida e a sustentabilidade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Populacionalmente - muito pouco. 2. Empresarialmente - o poder público, nos últimos dois mandatos, teve um crescimento muito grande. 3. A prefeitura tem facilitado o acesso dessas empresas. 4. Aumento da capacidade de abastecimento de água (abastecimento garantido para os próximos 20 anos ou até mais). 5. Acesso rodoviário. 6. Acesso ferroviário se destaca (Jundiaí é a única cidade que permite uma operação ferroviária para cargas em geral, principalmente contêineres). 7. Participação ativa da iniciativa privada. 8. Sensibilidade do poder público em entender a demanda. 9. Investindo numa visão estratégica da cidade, em longo prazo (tendência logística pela proximidade da cidade de São Paulo e Campinas, rodovias, ferrovia, aeroporto). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Houve um crescimento muito grande. Anteriormente a cidade não estava tão atualizada na prestação de serviço e em seus estabelecimentos. Seu crescimento é grande, porém isso é só atualização. Jundiaí ainda hoje, está aquém da atualidade, pois há grandes serviços que não conseguimos aqui. Desenvolve-se de forma bastante explosiva, mas um crescimento de atualização. Nota-se com clareza no ramo imobiliário. O ramo imobiliário, em Jundiaí, teve e vem tendo um crescimento acentuado, pois a cidade está se verticalizando (edifícios). 2. As administrações públicas estão conseguindo esse crescimento de uma forma conciliatória e não desordenada. Crescimento sustentável através de uma boa administração. 3. A expansão dos negócios dentro da aviação aqui em Jundiaí está diretamente ligada ao próprio crescimento da aviação na cidade de São Paulo, que é o pólo financeiro do país. A medida que os aeroportos, na cidade de São Paulo, tiveram uma sobrecarga (tráfego aéreo, volume de negócios, etc.) houve uma tendência da migração de determinadas atividades para fora da cidade. Jundiaí tornou-se um pólo de apoio (aeroporto periférico), onde o custo de instalação é bem menor. 4. Qualidade de vida (os executivos trabalham em São Paulo e têm as famílias em Jundiaí).
---	--	---	--

<p>1.1.3 Quais as ações da administração local que propiciam / proporcionam o interesse das empresas se instalem na cidade?</p>	<p>1. O poder público pode interferir muito pouco no processo de escolha, pois a lógica das empresas para definir o local da instalação tem outras características como, por exemplo, o posicionamento estratégico para as necessidades da empresa e as boas condições que a cidade poder oferecer para o setor dessa determinada empresa.</p> <p>2. Infra-estrutura geral (proximidade de rodovias, portos, aeroportos, mercados fornecedores e consumidores, distritos industriais, etc.).</p> <p>3. Aspectos relacionados à qualidade da educação geral e profissionalizante, à qualidade da saúde, saneamento, segurança pública, etc, refletindo esses últimos fatores nos indicadores na qualidade de vida).</p> <p>4. Agilidade para aprovações, projetos, alvará de funcionamento para a instalação.</p>	<p>1. Fácil acesso à prefeitura.</p> <p>2. Ações no sentido de entender melhor as empresas.</p> <p>3. Condições tributárias mais justas em termos de imposto sobre serviços.</p> <p>4. Há instituições como a Associação Comercial de Jundiaí, trabalhando muito para ajudar o micro, pequeno e médio empresariado.</p> <p>5. Ter uma estação coletiva de efluentes.</p> <p>6. Criação do Comitê de despoluição do rio Jundiaí.</p>	<p>1. Não vê, por parte da administração local, nenhuma ação para que se crie uma forma mais agradável para os investidores que estão chegando.</p> <p>2. Não tem isenção de imposto, nem facilitação de terra, para que as empresas se instalem.</p> <p>3. Houve um tempo em que os empresários do aeroporto tiveram que sensibilizar a prefeitura da importância do aeroporto dentro da cidade. Uma vez passado por esse período, podemos visualizar que a prefeitura está sempre disposta a tomar ações positivas para o desenvolvimento do aeroporto.</p> <p>4. Aeroporto – potencial de geração de novos empregos, pagamento de impostos.</p> <p>5. A prefeitura mantém uma gerência direta dentro do aeroporto que é administrada pelo Governo do Estado – órgão facilitador de novas empresas.</p>
--	--	---	---

<p>1.1.4 Como você avalia o crescimento empresarial na cidade de Jundiaí?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O sistema brasileiro não admite uma “fantasia”, um “paraíso”, pois tudo que acontece em termos nacionais interfere no processo local (A União é mais forte e Estados e municípios fracos). 2. Algumas empresas saíram da cidade independente de interferência da administração local, para redução do custo operacional e local adequado para se expandir. 3. Crescimento de forma satisfatória 4. Crescimento do Valor Adicional (maior do que a taxa observada no Estado como um todo, aumentando o Índice de Participação do Município - IPM). 5. Crescimento da logística. 6. Parque industrial diversificado. 7. A distância de Jundiaí com São Paulo e Campinas antes era prejudicial, mas agora não, foi preciso saber explorar esse problema. 8. O setor que mais cresceu foi o da prestação de serviços, que superou o comércio. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avalia pelo segmento lojista. As empresas estão se interessando pelo comércio exterior. 2. Jundiaí tem uma infra-estrutura muito boa (rodovia, ferrovia – exclusiva na região). 3. Terminal multi-modal (realiza operações de transporte com contêiner não só para o exterior, mas também para o mercado interno). 4. Várias empresas que prestam serviços na área do comércio exterior. 5. EAD regional próximo (Sorocaba). 6. Aeroporto crescendo. 7. Diversificação industrial. 8. Não ficou imune aos percalços que a economia brasileira sofreu. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não respondeu. 2. Vê como um crescimento de atualização. As empresas vêm se atualizando, o que não fazem mais do que a obrigação. Quem se atualiza, cresce.
--	---	---	---

<p>1.1.5 Qual é a importância da proximidade geográfica entre Jundiaí e a cidade de São Paulo?</p>	<p>1. A proximidade é essencial, pois São Paulo é um grande centro de negócios do país.</p> <p>2. Importância de estar próximo da maior aglomeração urbana da América do Sul e, por extensão, de seu maior mercado produtor e consumidor.</p> <p>3. A vantagem é dupla: tanto no abastecimento de peças, componentes e matérias primas, como na venda da produção final, pois, em ambos os casos, o custo logístico é diminuído em função da proximidade geográfica.</p> <p>4. Relativa proximidade com o Porto de Santos, cujo trânsito deverá ser melhorado, no futuro próximo com as obras do trecho sul do rodoanel de São Paulo.</p> <p>5. Proximidade com os aeroportos de Viracopos, Congonhas e Cumbica.</p> <p>6. Proximidade das principais universidades do país, como por exemplo USP e UNICAMP.</p> <p>7. A importância da localização de Jundiaí extrapola a questão da proximidade com a Região Metropolitana, pois deve ser analisada em escala mais ampla, considerando sua localização dentro da porção mais desenvolvida, em todos os sentidos, do Estado de São Paulo.</p> <p>8. Por muitos anos foi ruim, porque impediu um pouco o desenvolvimento da cidade. Hoje a proximidade ficou boa, pois como São Paulo e Campinas têm problemas com segurança e infraestrutura, Jundiaí passou a ser pólo importante pela qualidade de vida, etc.</p>		<p>1. No passado a distância foi prejudicial. Jundiaí se sobressaiu de uma forma ordenada.</p> <p>2. A nível de aeroporto, é alternativo aos aeroportos de São Paulo.</p>
---	--	--	---

<p>1.2 Identificar as ações baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável, desenvolvidas em Jundiáí.</p> <p>1.2.1 Dentre as preocupações com o meio-ambiente (lixo, ar, água, solo, superpopulação, alimentos contaminados e etc.), quais são os maiores problemas em Jundiáí?</p>	<p>1. A cidade de Jundiáí tem um desafio com relação à área ambiental, Nesse momento os problemas não estão resolvidos, mas equacionados: -água razoavelmente resolvida; esgoto bem resolvido; lixo resolvido, mas não é a melhor opção (anteriormente o lixo era depositado em um aterro consorciado em Várzea Paulista. O aterro fechou e atualmente o lixo é depositado em um aterro privado em Caieiras). O ideal seria a cidade possuir um aterro sanitário e uma forma adequada de tratar seu próprio lixo.</p> <p>2. Não há superpopulação e nem perspectiva de uma explosão populacional.</p> <p>3. A idéia de planejar uma cidade e ela seguir o curso planejado é absolutamente insustentável. A cidade tem uma dinâmica própria e muitas vezes segue “caminhos” não previsíveis. Cabe ao planejamento perceber o curso em que a cidade está seguindo e antecipar a questão.</p> <p>4. Preocupação com a Serra do Japi (eleita, pelos habitantes, como grande patrimônio da cidade).</p> <p>5. Jundiáí só não tem problemas com a falta de água porque a Prefeitura desenvolveu ações nesse sentido.</p> <p>6. Coleta seletiva do lixo (Ex: Cata Treco).</p> <p>7. A preservação do meio ambiente é uma questão educacional, cultural.</p>	<p>1. Se destaca no abastecimento de água tratada.</p> <p>2. Tratamento de quase 100% do esgoto tratado mostra que é uma cidade com desenvolvimento sustentável, pois disponibiliza esse serviço para sua população e suas empresas.</p> <p>3. Preocupação com o meio ambiente: situação do lixo é muito complicada.</p> <p>4. Superpopulação – apesar dos esforços do poder público as favelas têm crescido e prejudicado.</p> <p>5. Índice de criminalidade tem aumentado bastante.</p> <p>6. Guarda Municipal – falta de ações. Antes havia uma ação ostensiva em parceria com a polícia Militar e hoje, tem uma relação praticamente patrimonial. Atribui o aumento da violência por esse motivo também.</p> <p>7. Consertar os erros do século passado. O triângulo econômico/ social/ ambiental é o triângulo da sustentabilidade que permite resolver os problemas de hoje sob esses três aspectos. Em Jundiáí, há equilíbrio nesse aspecto. Aplicando o triângulo da sustentabilidade em Jundiáí, percebe-se muitas coisas positivas: preservação da Serra do Japi, quase 100% do esgoto doméstico e industrial captados, água potável nos bairros.</p> <p>8. Questão social – tem problemas sociais, mas tem um certo privilégio nessa questão.</p> <p>9. Preocupação com o rio Jundiáí.</p> <p>10. Ecossistema preservado.</p> <p>11. Ar – a CETESB controla bem.</p>	<p>1. O maior problema de uma cidade é quando começa abrigar pessoa que vêm de outras localidades e começam a usar o solo de forma imprópria, pois criam suas comunidades e isso começa um foco que se alastra rapidamente. Isso acontece próximo aos rios, atrapalham mananciais. Em Jundiáí, hoje, isso ainda não chega atrapalhar tanto o meio ambiente.</p> <p>2. Jundiáí possui um bom Plano Gestor, respeitando o zoneamento, porém está perdendo gradativamente sua área rural (a grande característica de Jundiáí era a uva, figo, etc e hoje passaram a ser artesanais.</p> <p>3. Sempre enfocando o aeroporto: quando o projeto do aeroporto estava pronto para ser deflagrado, houve um momento político (por questões óbvias as autoridades desejavam expor esse evento para a população), onde ocorreu uma mobilização. As ONGs questionaram o processo de ampliação do aeroporto em função do meio ambiente. Houve dois anos de paralisação das obras. O projeto passou por um estudo ambiental (até receber aprovação de todos os órgãos responsáveis pelo meio ambiente. Com relação ao aeroporto, não houve grande desmatamento. A ação foi compensada com o plantio de mudas dentro e nas proximidades do aeroporto. Também foram criadas bacias reguladoras do nível de transição das águas pluviais. O aeroporto está de acordo com a questão ambiental. A qualidade de vida é uma flâmula para a prefeitura.</p>
--	--	---	--

<p>1.2.2 Nos últimos dez anos, quais foram as ações implementadas para a conscientização do conceito de sustentabilidade?</p>	<p>1. A cidade de Jundiá está quase que dividida em três segmentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> zona rural produtiva / mananciais; zona urbana / zona de expansão urbana; Serra do Japí (Leis rígidas para sua preservação). <p>Toda política é para manter essas três zonas protegidas. Se essas ações forem concretizadas, a cidade estará mantendo uma política de sustentabilidade, tendo como principal ação política promover a ocupação urbana consolidada como forma de minimizar a pressão sobre as áreas a serem preservadas, diminuindo o custo do desenvolvimento.</p> <p>2. Várias ações foram feitas: garantia de água; coleta seletiva do lixo (conscientização); tratamento de esgoto; Código de proteção – Serra do Japí: fiscalização e preservação da Serra; fiscalizações em relação aos mananciais.</p> <p>3. A prefeitura elaborou uma política de gerenciamento de resíduos sólidos. Esse procedimento consiste em reaproveitar restos, entulhos de cerâmica, louça (esse tipo de entulho reduz a vida útil do aterro) para pavimentação, drenagem de água e manutenção de ruas (assim o entulho não vai para o aterro sanitário). Com essa ação, a prefeitura reduz o custo da compra do material necessário para os procedimentos citados.</p> <p>4. Criação do Parque da Cidade com dois objetivos principais: lazer para a população e para ocupar o entorno da represa, impedindo ocupações indesejáveis e prejudiciais.</p>	<p>1. A população não contribui muito com a reciclagem. A prefeitura tem desenvolvido ações no sentido de reciclar.</p> <p>2. Falta de um trabalho de marketing por parte da prefeitura e também nos outros setores da sociedade, no sentido de criar uma cultura para aprender reciclar. Esse problema pode afetar a sustentabilidade.</p> <p>3. Preocupação social – ações para diminuir as diferenças.</p> <p>4. Parceria com o social e o poder público – social e ambiental.</p>	<p>1. O maior problema, não só em nossa região, é conseguir adequar o uso correto do solo à política. A política e o poder acabam desvirtuando tudo. Ex: A Coca-Cola usa a água da Serra do Japí. Isso é um problema, mas a política acabou acomodando a situação. Essa ação atrapalha fontes boas de água, em fim, as riquezas do solo. Não se consegue mudar nada em que a força política e o poder controle, mesmo se tratando de meio ambiente.</p> <p>2. Não respondeu, pois acredita já ter respondido anteriormente.</p>
--	--	---	---

<p>1.3 Verificar como foram articuladas as ações para o desenvolvimento sustentável;</p> <p>1.3.1 Quais foram às instituições que se articularam para o desenvolvimento das ações?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conselho Municipal do Meio Ambiente. 2. Conselho Gestor na Serra do Japí 3. Núcleo dos Arquitetos de Jundiaí. 4. Muitas ações comuns, parecerias (Governo) Agência de Desenvolvimento do Governo (gás, iluminação, pavimentação). 5. Iniciativa Privada. 6. Parceria com a sociedade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação Comercial e empresarial de Jundiaí. 2. FIESP e CIESP. 3. OAB. 4. Clube dos Engenheiros de Jundiaí. 5. Agência de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí. 6. Clube dos Dirigentes Logistas. 7. SEBRAE. 8. Associação dos Agricultores. 9. Não houve articulação. 	<p>1.Fundamentalmente as ONGs. Não se lembra de nenhuma em particular.</p>
<p>1.3.2 Em sua opinião, quais foram às instituições mais relevantes para a articulação das ações?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conselhos Municipais. 2. Entidades e Ongs envolvidas com o Projeto do Meio Ambiente. 3. Sociedade Organizada (projeto desenvolvido pela sociedade). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. FIESP e CIESP. 2. Associação Comercial de Jundiaí. 	

<p>1.4 Caracterizar as empresas estabelecidas na cidade quanto à preocupação com o meio-ambiente;</p> <p>1.4.1 Existem empresas na cidade que ainda não atendem às solicitações dos órgãos competentes quanto às leis de proteção ambiental?</p>	<p>1. De uma forma geral, as empresas instaladas no município de Jundiá atendem à legislação, pois para a obtenção do alvará é exigida a Certidão de Uso do Solo, emitida pela Secretaria Municipal do Planejamento e Meio Ambiente, atestando que a atividade pretendida é compatível com as diretrizes de uso e ocupação do solo. Se a atividade for industrial, o interessado deve providenciar também a Certidão da CETESB, que atesta o cumprimento das normas ambientais, bem como a manifestação da DAE S/A, que é a empresa municipal responsável pelo sistema de abastecimento de água e esgoto.</p> <p>2. No Estado de São Paulo o controle ambiental é feito pela CETESB.</p> <p>3. Não tem conhecimento, pois a prefeitura tomaria as medidas cabíveis, no caso de existir alguma empresa nessa situação.</p>	<p>1. Não soube precisar.</p> <p>2. A CETESB seria mais indicada para responder essa pergunta. No segmento transporte, são os caminhões na emissão de CO₂.</p>	<p>1. A prefeitura tem um programa efetivo para essas ações. Ainda não houve um grande problema que tenha saído do controle.</p> <p>2. Com relação ao aeroporto, a CETESB desenvolve um trabalho muito criterioso com cada uma das empresas instaladas aqui. Todas têm uma licença da CETESB para o desenvolvimento das nossas atividades. As empresas ligadas à manutenção têm equipamentos próprios para despoluir os dejetos produzidos na manutenção dos aviões, antes que eles sejam jogados de volta ao meio ambiente. A prefeitura implementou a rede de esgoto, juntamente com o DAE, pois antes não havia. Todos os hangares usavam fossas assépticas. Com a rede de esgoto, todas as empresas jogam seus dejetos na rede. Até os dejetos que têm necessidade de tratamento prévio. Existem critérios e o aeroporto está absolutamente enquadrado dentro das normas ambientais.</p>
---	---	---	--

<p>1.4.1.1 Onde estão localizadas (região central, rural ou bairros afastados) essas empresas?</p>	<p>1. Não dispõe dessa informação, mas salienta que a Prefeitura Municipal atua de forma preventiva, na fase de constituição da empresa, e os casos de descumprimentos das normas ambientais são raros.</p> <p>2. Se houver algum problema, está no Distrito Industrial.</p>	<p>1. Não soube responder. 2. Consultar a CETESB.</p>	
<p>1.4.2 Existe colaboração entre as empresas e a administração local?</p>	<p>1. Sim, no sentido de que as empresas que aqui se instalam submetem-se à legislação geral do Município, incluindo a legislação ambiental.</p> <p>2. Existe uma boa relação.</p>	<p>1. Sempre existiu. 2. Sim. 3. O melhor exemplo é o Comitê de Despoluição do rio Jundiáí. 4. A Duratex é uma empresa que participa, colabora.</p>	<p>1. Não soube dizer. Disse querer acreditar que cada vez mais as pessoas estão se conscientizando sobre a importância da preservação do meio ambiente. As mudanças ocorridas estão assustando muito.</p> <p>2. Sem dúvida. Existe uma relação muito boa entre as empresas instaladas e a administração local, através da associação dos usuários do aeroporto.</p>

<p>1.4.2.1 Como podemos identificar e descrever esta colaboração?</p>	<p>1. Como uma parceria de interesses mútuos, onde há uma preocupação da Prefeitura em manter as empresas e a preocupação das empresas em ter um bom relacionamento com a Prefeitura.</p> <p>2. Muitas ações são desenvolvidas em conjunto. Um exemplo bem significativo: quando houve o consórcio da Estação de Tratamento de Esgoto, as empresas estavam envolvidas. Foi uma ação do Governo do Estado, Município, FIESP e CIESP. Muitas ações são específicas (pavimentação de estradas, qualificação da mão de obra, etc.). O Fundo Social desenvolveu muitos projetos com a iniciativa privada (Projetos educacionais, Campanha do agasalho, etc.) O Governo sempre teve essa dinâmica: atuar em parcerias.</p>	<p>1. Geração de empregos.</p> <p>2. Geração de impostos.</p> <p>3. Construção de condomínios empresariais (a prefeitura favorece condições para que sejam criados os condomínios).</p>	<p>1. Integração na busca de soluções conjuntas, participativas entre o Governo, administração local e as empresas instaladas.</p> <p>2. Existe algum trabalho conjunto de responsabilidade social.</p>
--	--	---	---

<p>1.4.3 Em sua opinião, a administração municipal incentiva a instalação das empresas na cidade?</p>	<p>1. Incentiva dentro de suas possibilidades. Não há incentivo fiscal, nem doação de terrenos. No entanto, existe na cidade o Balcão do Empreendedor que recebe as empresas com um tratamento especial, facilita a instalação e tramitação dos processos na Prefeitura. É parceira da empresa para solucionar problemas com relação ao Estado.</p> <p>2. A administração municipal procura implementar a competitividade sistêmica do Município, investindo tanto em obras físicas como nos aspectos relacionados à qualidade de vida.</p> <p>3. Sim, pela infra-estrutura.</p>	<p>1. Incentiva em termos, pelas suas ações públicas, mas não diretamente.</p>	<p>1. Não incentiva.</p> <p>2. Acha que é um dos objetivos básicos de uma prefeitura, desde que não polua.</p>
<p>1.4.3.1 Há restrição para determinada atividade?</p>	<p>1. Sim. A Lei Complementar 416, de 29 de dezembro, também conhecida como Lei do Zoneamento ou Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, veda a instalação, no Município, de “indústrias de grande impacto ambiental ou perigosas – estabelecimentos que envolvam a fabricação de materiais explosivos e/ou tóxicos, tais como: pólvora, álcool, cloro e derivados, petróleo, soda cáustica e derivados, cimento-amianto e similares”.</p> <p>2. Essa questão está mais relacionada com a CETESB.</p>	<p>1. De uma maneira geral, não.</p> <p>2. Desconhece, mas por experiência – produtos tóxicos e explosivos.</p>	<p>1. Com relação ao aeroporto, acha que não, mas de uma forma na cidade, ele desconhece.</p> <p>2. A prefeitura tem um trabalho bastante efetivo na administração , analisando se a empresa que vai se instalar ficará bem situada em nossa cidade.</p>

<p>1.5 Identificar os resultados alcançados pelas empresas da cidade de Jundiaí;</p> <p>1.5.1 Quais foram os principais benefícios para as empresas quando da sua instalação na cidade?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usufruir da infraestrutura econômica/de negócios /de mercado a que recebeu o nome de competitividade sistêmica. 2. Posição estratégica. 3. Água e esgoto. 4. Infra-estrutura. 5. Mão de obra qualificada. 6. Qualidade de vida razoável. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade industrial = diversidades de serviços, atrai mais indústrias. 2. Boa recepção por parte de órgãos diversos. 3. Geram empregos. 4. Sempre tiveram apoio. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Infra-estrutura. 2. Grandes lacunas em alguns nichos de mercado. As empresas que vêm com uma tecnologia atualizada, realmente terão sucesso. Temos alguns segmentos aqui, ainda de forma artesanal.
<p>1.5.2 Quais foram os principais benefícios para a cidade de Jundiaí com as instalações das empresas?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arrecadação. Melhora a receita do município. 2. Aumento do Valor Adicionado. 3. Geração de empregos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Geração de empregos. 2. Geração de renda. 3. Destaca Jundiaí no contexto regional, estadual, nacional. 4. Apoio da indústrias com relação ao desenvolvimento social. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relativo ao setor do aeroporto, geração de novos empregos. Elevação do nível técnico dos empregados no ramo. A mão de obra empregada na aviação tem uma qualificação muito específica. A projeção da cidade no âmbito nacional, pelo motivo do aeroporto ser um pólo, centro dos serviços aeronáuticos. 2. Toda empresa traz uma série de benefícios: impostos, empregos formais e promissores (empregos de carreira).

<p>1.6 Analisar as ações da administração municipal na conscientização das ações necessárias para a preservação do meio-ambiente, com foco no desenvolvimento sustentável.</p> <p>1.6.1 Houve alguma ação da administração municipal com foco no desenvolvimento sustentável?</p> <p>1.6.1.1 Quais foram?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Embora a grande arrecadação de Jundiá seja industrial, a cidade está se definindo como comércio e serviços. 2. Turismo, monitorado, na Serra do Japi. 3. Circuito do Vinho. 4. Circuito das frutas (a prefeitura tem estimulado esse tipo de atividade). 5. Área rural produtiva atrai turistas de um dia. 6. Projetos sociais, educacionais (creches) e de saúde. Houve envolvimento da sociedade nos projetos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sim. Despoluição do rio Jundiá. 2. Aprovação da Leis que garantissem a preservação da Serra do Japi. 3. Represa do DAE – Parque da Cidade. O entorno dela proporciona lazer. 4. A prefeitura tem procurado chamar a atenção da população, principalmente com relação à questão dos reciclados (Armazém da Natureza que separa todos os tipos de lixo). 5. A prefeitura deveria propiciar uma divulgação mais efetiva na questão da reciclagem, assim como são feitas as campanhas de Dengue, etc. Trabalhar mais a cultura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não respondeu. 2. Acha que a prefeitura não trabalhou nem promoveu nenhuma ação nesse sentido.
---	--	--	--

<p>1.6.2 Como estas ações foram recebidas pela iniciativa privada e sociedade civil?</p>	<p>1. A sociedade recebe bem toda ação que ofereça desenvolvimento. Turismo rural, instalação de novas empresas, há consciência de que o custo da cidade tem que ser bancado de alguma forma.</p> <p>2. As empresas têm preocupação com o selo de responsabilidade social. A prefeitura criou um selo (certificado) para as empresas que ajudavam a cidade em projetos sociais.</p>	<p>1. Para algumas ações o entendimento foi mais lento e para outra houve uma participação mais imediata.</p> <p>2. De maneira geral. Bem aceita.</p> <p>3. Muito bem, mas o mais importante é a conscientização da sociedade civil e iniciativa privada. Divulgação interna nas empresas aos seus funcionários, vez por outra, fazer pequenos treinamentos.</p>	
<p>1.6.2.1 São de caráter regional ou municipal?</p>	<p>1. Um dos grandes desafios que temos que enfrentar é o desenvolvimento regional. Muitas vezes o município não consegue resolver o problema sozinho. Faz-se necessário pensar em soluções regionais. Isso é muito difícil. Não há uma tradição, uma cultura, no país de desenvolvimento regional.</p> <p>2. As ações são híbridas, mas as regionais são mais importantes, pois abrangem mais pessoas.</p>	<p>1. Atuação só em Jundiaí, mas que reflita em outras cidades menores.</p> <p>2. Sempre foram mais de caráter municipal que regional.</p>	

<p>1.7 Analisar as barreiras encontradas para a instalação de empresas em Jundiaí.</p> <p>1.7.1 Quais foram os principais obstáculos para as empresas se instalarem em Jundiaí?</p>	<p>1. De forma geral, não há barreiras ou obstáculos para a instalação de empresas em Jundiaí, exceto no caso de empresas poluidoras, como já citado. Pelo contrário, o município tem interesse em receber empresas, e investe para que a cidade se torne cada vez mais competitiva.</p> <p>2. Em 2004, quando foi elaborado o Plano de Zoneamento, percebeu-se a dificuldade de se encontrar áreas adequadas para instalar empresas. Não soube dizer se o problema ainda persiste.</p> <p>3. Jundiaí é uma cidade com uma infra-estrutura muito boa e é lógico que o metro quadrado tem um preço alto do que de outras cidades da região. A cidade tem um Plano Gestor que preserva os mananciais e a Serra do Japí. Essas questões podem ser obstáculos.</p>	<p>1. Tempo. Demora e burocracia</p> <p>2. As dificuldades devem ser avaliadas em cada setor.</p>	<p>1. Não sabe se existe obstáculo, mas acha que o maior obstáculo seria achar um espaço disponível por causa da limitação física do aeroporto. A liberação de mais terrenos para instalação de novas empresas está dependendo de mais uma fase de ampliação.</p> <p>2. Desconhece, pois acha que a nossa região é muito farta. Tem muita água, um território muito bom. Ainda há espaço a ser ocupado. Isso são grandes facilitadores</p>
---	--	---	--

<p>1.7.2 A administração municipal de Jundiáí contribuiu e / ou tolheu a instalação de empresas em Jundiáí?</p> <p>1.7.2.1 Como?</p>	<p>1. Contribuiu, mas sempre com a preocupação de preservar o meio ambiente (desenvolvimento sustentável).</p> <p>2. A idéia sempre foi de contribuir, no entanto, no período até 2004, houve uma mudança radical na Lei do Desenvolvimento, havia uma reclamação de que a Lei do Desenvolvimento era muito rígida e, portanto dificultava a vinda de indústria. Por outro lado, outros achavam que a Lei deveria ser ainda mais rígida. O conflito foi contornado. A administração busca a vinda de indústrias, mas não a qualquer preço.</p>	<p>1. Mais contribuiu que tolheu.</p> <p>2. Contribuiu, principalmente para as pequenas e médias empresas, dando condições no sentido de infra-estrutura adequada (energia, esgoto, abastecimento de água, população de jovens bem escolarizados – cursos para mão de obra qualificada). A administração é tolerante até no quesito fiscalização.</p> <p>3. Contribuiu principalmente pela sua gestão e articulação.</p>	<p>1. Não contribuiu em nada e cita que grandes empresas saíram da cidade por não ter havido um acordo com a gestão pública da época que preservasse essas empresas aqui (Cica, Vulcabrás). Acrescenta que foram atrás de outras cidades com mais incentivos e mão de obra barata. Lastima que foram grandes perdas.</p> <p>2. A prefeitura faz seu papel de municipalidade e desde que se cumpra os requisitos necessários para instalar a empresa em Jundiáí, ela ao ajuda nem atrapalha.</p>
--	--	--	---

<p>1.8 Caracterizar ações que conciliem desenvolvimento e sustentabilidade na cidade de Jundiaí.</p> <p>1.8.1 É possível conciliar desenvolvimento e sustentabilidade em Jundiaí?</p>	<p>1. Não só é possível, como é desejável e, que se concilie desenvolvimento econômico/social com sustentabilidade ambiental. Os próprios consumidores começam a recusar produtos comprometidos com a questão da sustentabilidade, e esse movimento tende a crescer. As empresas já percebem essa tendência, e têm todo interesse em demonstrar comprometimento com a causa, sob risco de serem penalizadas com a perda de mercado/redução de <i>market share</i>.</p> <p>2. Sim, embora os limites são muito difíceis. Essa questão tem que ser discutida com a sociedade, pois essa participação é muito importante.</p> <p>3. A qualidade de vida, em Jundiaí, é mantida por vários fatores: grande arrecadação que coloca o orçamento <i>per capita</i> entre um dos maiores do país. Isso faz com que se mantenha a estrutura educacional, saúde, etc. Na medida em que se perde receita, se perde capacidade de investimento do poder público e assim manter serviços. É preciso ter consciência de que essa qualidade de vida custa e de onde vem o recurso para isso.</p> <p>4. Perfeitamente e Jundiaí é um exemplo disso.</p>	<p>1. É possível.</p> <p>2. Essa é uma questão de cultura nos vários segmentos da sociedade empresarial e civil. O crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável andam paralelamente.</p> <p>3. Comércio e prestação de serviços têm crescido muito.</p>	<p>1. Em qualquer lugar isso é possível, tem que ser de uma forma inteligente de desenvolver os negócios.</p> <p>2. Sim. O meio ambiente é muito farto e isso facilita (ex: Serra do Japí). O crescimento não chega a afetar o meio ambiente por causa da fartura.</p>
---	---	--	--

<p>1.8.2 Existe articulação da cidade de Jundiá (sociedade civil, administração local) com as cidades vizinhas visando ações com foco no conceito de sustentabilidade?</p>	<p>1. A administração tenta essa articulação, mas não é fácil. O poder público tem alguns problemas muito sérios e de uma forma geral vive “apagando incêndio”. Enxergar as coisa a longo prazo não é uma coisa simples.</p> <p>2. Sim. Turismo rural, Circuito da frutas (as cidades planejam as ações-festas, de maneira que não coincidam as datas, etc). É um exemplo regional do desenvolvimento sustentável, pois estimula a preservação do homem na terra (área rural).</p>	<p>1. Esse é um conceito que deveria ser mais explorado. É o maior desafio para as próximas décadas, não só em Jundiá, mas no Brasil e no mundo.</p> <p>2. Duvida que a sociedade entenda o que seja esse conceito.</p>	<p>1. Algumas coisas sim, principalmente no que diz respeito a água, esgoto, poluição dos rios das cidades vizinha, lixo – controlado. Não há articulação das prefeituras e a sociedade civil.</p> <p>2. Sim. A associação comercial de Jundiá desenvolveu um trabalho de regionalização dos interiores. Um exemplo disso é o desenvolvimento da rota turística que existe entre os municípios. O circuito das Frutas é um exemplo típico da integração.</p>
<p>1.8.3 As cidades vizinhas têm programas com foco na sustentabilidade?</p>	<p>1. Sim, mas acredita que Jundiá está numa situação um pouco melhor, até pela situação de ser uma cidade maior e com mais recursos de investimentos.</p> <p>2. Sim.</p>	<p>1. Não tão desenvolvido quanto Jundiá.</p> <p>2. Existe. O turismo de Jundiá e cidades vizinhas.</p> <p>3. Não soube responder.</p>	<p>1. Desconhece.</p> <p>2. Não sabe. As pequenas cidades, vizinhas de Jundiá, usam a nossa estrutura.</p>

<p>1.9 Tem algo a acrescentar que ainda não foi abordado nesse questionário?</p>	<p>1. Jundiaí, hoje, tem uma responsabilidade muito grande com a Serra do Japí (símbolo jundiaense), pois ela é uma característica que poucas cidades têm. É uma região de Mata Atlântica em zona urbana. Temos obrigação de preservar. Essa ação é fundamental.</p> <p>2. Reforçar o conceito de cidadania, de participação, pois o que enriquece uma nação é o capital social. Deve-se envolver cada vez mais a sociedade. Esse é o ponto fundamental de qualquer gestão pública, qualquer estado ou gestão municipal.</p>	<p>1. Não.</p> <p>2. Sim. O poder público deveria instalar usinas de geração de energia elétrica com base no gás, talvez. Incentivar o Centro Logístico multi-modal – Jundiaí/Itupeva para desafogar o grande centro e periferia, melhorando a logística e redução de custos operacionais.</p>	<p>1. Não.</p> <p>2. Acha que Jundiaí é uma cidade próspera, muito próxima de São Paulo com condições muito melhores de que São Paulo (meio ambiente ar – Serra do Japí). Isso é muito importante. O fator humano – Jundiaí preserva alguns costumes muito agradáveis: coletividade. Jundiaí tem tudo da cidade grande de São Paulo, porém está longe dos problemas que elas têm.</p>
---	--	--	---

ANEXO B: MAPA DAS PRINCIPAIS RODOVIAS DE JUNDIAÍ E REGIÃO



ANEXO C: AS 100 MAIORES EMPRESAS DE JUNDIAÍ

Segundo destaca a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí, as 100 Maiores Empresas de Jundiaí, segundo o valor adicionado, ano base 2004, são (em ordem alfabética):

- AB BRA IND E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- AGA SOCIEDADE ANONIMA
- ALPINO IND METALURGICA LT
- AMCOR PET PACKAGING DO BRASIL LTDA
- ASTRA S/A IND E COM
- ASTRA S/A IND E COM
- BALZERS BALINIT DO BRASIL LTDA
- BATAVIA S/A INDUSTRIA DE ALIMENTOS
- BDF NIVEA LTDA
- BERCAMP TEXTIL LTDA
- BIGNARDI - IND E COM DE PAP E ART LTDA
- BOLLHOFF NEUMAYER INDL LT
- BOLLHOFF NEUMAYER INDUSTRIAL LTDA
- BOLLHOFF SERVICE CENTER LT
- BRASMOLDE - MOLL PLASTICOS LTDA
- BSH CONTINENTAL ELETRODOMÉSTICOS LTDA
- C & A MODAS LT
- C M R INDUSTRIA E COMERCIO LT
- CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
- CASA BAHIA COMERCIAL LTDA
- CASTELO ALIMENTOS S/A
- CBC INDUSTRIAS PESADAS SA
- CIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
- COEXPAN BRASIL EMBALAGENS LTDA
- COGEME DO BRASIL S/A
- COLLINS & AIKMAN DO BRASIL LTDA
- COMERCIAL DE FÓSFOROS SÃO LUIS LTDA
- COMERCIAL DESTRO LTDA
- COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO-COMGAS

- COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
- CONSTRUMEGA MEGACENTER DA CONSTRUÇÃO LTD
- CONTINENTAL DO BRASIL PRODS AUTOMOT LTDA
- CORN PRODUCTS BRASIL INGRED INDLS LT
- CORREIAS MERCURIO S/A-IND E COM
- DAE S A AGUA E ESGOTO
- DE MARCHI IND E COM DE FRUTAS LT
- DIAGEO BRASIL LTDA
- DIGERATI COMUNICACAO E TECNOLOGIA LTDA
- DIP - DISTRIB INT DE PUB LTDA – EPP
- DOW BRASIL SA
- DURATEX S/A
- DURATEX S/A
- DURATEX S/A
- EBF VAZ IND E COM LTDA
- ECOFABRIL IND E COM S/A
- EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA
- EKA CHEMICALS DO BRASIL S/A
- EMERSON COM EM TECNOLOGIA DE CLIMATIZAÇÃO
- EMPRESA BRASILEIR TELECOMUN S/A-EMBRATEL
- EMULZINT ADITIVOS ALIMENT IND E COM LT
- ENGEPACK EMBALAGENS SAO PAULO LTDA
- FIACAO FIDES LTDA
- GERDAU ACOMINAS S/A
- HELLERMANN TYTON LTDA
- HEXIS CIENTFICA LTDA
- I B G IND BRASILEIRA DE GASES LT
- IDEAL STA WAB TRA IND E COMERCIO LTDA
- IND ANDRADE LATORRE S/A
- IND BRA DE ART DE CERAMICA - IBAC S/A
- IND BRA DE ART DE CERAMICA - IBAC S/A
- IRMAOS RUSSI LT
- ITAUTEC PHI S/A - GRUPO ITAUTEC-PHILCO
- ITAUTEC PHILCO S/A-GP ITAUTEC PHILCO

- KLABIN S/A
- KLABIN S/A
- KRAFT FOODS BRASIL SA
- LORD INDUSTRIAL LT
- MACCAFERRI DO BRASIL LTDA
- MULTIGRAIN COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTA
- NATIONAL STARCH & CHEMICAL INDUSTRIAL LT
- NOKIA DO BRASIL LTDA
- OLIVEIRA & SIL DISTRIB DE PRO IND LTDA
- PARMALAT BRASIL S/A IND ALIMENTOS
- PASSARIN IND E COM DE BEBIDAS LT
- PROFAX METAIS LTDA
- RAPIDO LUXO CAMPINAS LT
- RENAULT DO BRASIL COM PART LT
- RESINAS INTERNACIONAIS LTDA
- REXAM DO BRASIL EMBALAGENS LT
- ROCA BRASIL LTDA
- SADIA S/A
- SAINT GOBAIN ABRASIVOS LTDA
- SAMPUTENSILI DO BRASIL LT
- SANCHEZ CANO LTDA
- SCHMIDT CLEMENS BRASIL LTDA
- SERRA LESTE IND COM IMP E EXP LT
- SIEMENS LT
- SIFCO S/A
- SPAL IND BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A
- SPUMA-PAC INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA
- STAMPAFARE EMBALAGENS LTDA
- SULZER BRASIL S/A
- TAKATA-PETRI SA
- TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO S/A-TELESP
- TELESP CELULAR S/A
- THEOTO S/A IND E COM
- TV CABO E COMUNICACOES DE JUNDIAI S/A

- UNIVERSAL IND GERAIS LT
- VAN BLA COM E ENTRETENIMENTO LTDA
- VITI VINICOLA CERESER LTDA